

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

DANUZA LABANCA ROCHA

**A AÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROJETO DO MACIÇO DO
MORRO DA CRUZ EM FLORIANÓPOLIS/ SC.**

FLORIANÓPOLIS

2010

DANUZA LABANCA ROCHA

**A AÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROJETO DO MACIÇO DO
MORRO DA CRUZ EM FLORIANÓPOLIS/ SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Socioeconomico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof. Dra. Edaléa Maria Ribeiro

FLORIANÓPOLIS

2010

DANUZA LABANCA ROCHA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Socioeconomico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Dra. Edaléa Maria Ribeiro

Departamento de Serviço Social – UFSC

Orientadora

Especialista Maria Aparecida Napoleão Catarina

Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental

Examinadora

Prof. Vera Herweg Westphal

Departamento de Serviço Social – UFSC

Segunda Examinadora

Florianópolis, Novembro de 2010.

“Queremos um país onde não se matem as crianças
que escaparam do frio, da fome, da cola de sapateiro.
Onde os filhos da margem tenham direito à terra,
ao trabalho, ao pão, ao canto, à dança,
às histórias que povoam nossa imaginação,
às raízes da nossa alegria”.

Os filhos da paixão – Pedro Tierra

AGRADECIMENTOS

Nesse momento não posso deixar de agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho e, pela conclusão de mais uma etapa de minha vida. Durante os cinco anos de minha vivência nesta Universidade, as ricas e extraordinárias experiências vividas levariam inúmeras páginas para serem descritas, por isso, citarei brevemente as pessoas que me foram imprescindíveis.

Primeiramente, agradeço e dedico esse trabalho aos meus pais, Conceição Labanca e Dail Rocha, pessoas especiais que, onde quer que estejam me acolhem e me asseguram em lutar pelo que penso e acredito moral, emocional e materialmente. À minha querida irmã, exemplo de autonomia e coragem. Sua companhia quero ter para sempre.

Aos companheiros de movimento estudantil, especialmente aos que contribuíram com esperança e compromisso durante esses anos, na luta pela garantia do acesso à qualidade e gratuidade da Universidade que estudamos. Destaco aqui, o período de 2007, quando mais de 300 estudantes, em Assembléia Geral dos estudantes de Serviço Social, paralisaram as aulas em prol de mais professores para compor o quadro docente, haja vista, a falta de professores e aulas vagas. Foram momentos e dias intensos, de reuniões, atos, festas e acima de tudo aprendizado, dos quais, não devem jamais cair no esquecimento desta universidade. Admiro e agradeço a todos aqueles que participaram deste momento e, que direta ou indiretamente, contribuem para o fortalecimento do movimento estudantil em defesa da qualidade do nosso curso e de toda a UFSC.

A professora Iliane Kohler, pelas aulas e orientações compartilhadas no NESSOP, e acima de tudo, pelo carinho e comprometimento. A professora Edaléa Maria Ribeiro por aceitar o convite em me orientar na elaboração deste trabalho, e à Prof. Vera Herweg Westphal, por fazer parte desta banca.

Agradeço toda equipe profissional da SMHSA pela vivência e experiência profissional compartilhada, especialmente a Assistente Social Maria Aparecida (Cida), supervisora de campo e companheira de trabalho. Obrigada pelas orientações, pela prontidão na correção dos documentos acadêmicos e pela compreensão e paciência nas limitações de sua estagiária. À Assistente Social Kelly Cristina Vieira, não somente pelo compromisso profissional, como também pela postura e discurso competente diante dos desafios e limitações enfrentados cotidianamente no âmbito da profissão.

Aos meus amigos inseparáveis que significam muito mais do que estas simples palavras, mas inevitável seria não citá-los:

À Tamires Cristina Vígolo, pois com você vivo as melhores coisas que uma amizade pode oferecer. Admiro sua simplicidade, honestidade, simpatia e inteligência... por isso agradeço cada momento compartilhado e, espero que sejam esses os primeiros de muitos.

Grace Isabelle, outra amiga inesquecível, que me inspirava a caminhar, andar de bicicleta e tirá-la de casa sempre que possível, pelo simples fato de não gostar dessas coisas. Por um período desta trajetória, foi minha companheira de casa e, junto com Tamires, de intercâmbio. Agradeço por a vida ter sido tão generosa comigo, em ter vindo de amigo a amigo me apresentar a vocês.

Arnaldo Xavier da Silva, pessoa na qual ouviremos muito falar. Articulador das massas, freqüentador assíduo das casquinhas do Bob`s, companheiro de todas as horas. Obrigada pela companhia sempre disposta, pelas palavras reflexivas e por compartilhar comigo um espacinho de sua tão requisitada vida.

À Aline de Andrade e Marjori Machado. Conviver com vocês é um eterno aprendizado. Meninas de tamanha inteligência e perseverança, das quais me espelho e orgulho, emocional e profissionalmente.

Aos amigos muito especiais, que de certa forma, e não menos importante, marcaram minha trajetória acadêmica: Jordana Einsfield, Graziela Ecco, Samuel Salézio, Thiago Rubim, Paolla, Daniele, Treyci, Evelyn, Cleuzi, Walkíria, Nana, Rafael (Ceará), Hélio, Diogo, Josi Biondo, Daiane, Jennifer Lopes, Nara, Dilce, Thais, Mirela, Selma, Juciara, Ilana, Bruninha, Belinha, Reginaldo, Monique, Robson, Gabriela e Nayara.

À todos vocês, muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso discorre sobre a ação profissional do Serviço Social na execução das obras de infraestrutura urbana no Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis, projeto este, que compõe o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), executado por meio de recursos do Governo Federal em todo o país, e gestado pela Prefeitura Municipal. Através de uma pesquisa bibliográfica junto aos registros elaborados pelas assistentes sociais e estagiárias (os) da instituição empregadora (SMHSA), busca-se destacar as ações desenvolvidas pelos profissionais envolvidos no período de execução do projeto, 2007 a 2010, com o objetivo de realizar uma primeira sistematização das experiências vivenciadas cotidianamente. Essa temática é iniciada a partir de uma abordagem histórica referente à conjuntura política, social e econômica que configurou a criação do programa nacionalmente, em especial sobre o que concernem as ações que competem aos assistentes sociais na implementação dos trabalhos de infraestrutura social e urbana no Maciço do Morro da Cruz em conformidade com complexa dinâmica societária e o projeto ético político profissional.

Palavras chave: PAC, urbanização, Serviço Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gestão e monitoramento do PAC	17
Figura 2 - Gestão matricial do PAC	18
Figura 3 - Previsão de investimentos até o ano de 2010	19
Figura 4 - Densidade da pobreza	24
Figura 5 - Localização das principais obras previstas pelo PAC para Santa Catarina	26
Figura 6 - Política habitacional.....	31
Figura 7 - Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis	34
Figura 8 - Comunidades contempladas	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFLOV	– Associação Florianópolis de Voluntários
Bi	– Bilhões
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIXA	– Caixa Econômica Federal
CELESC	– Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEPED	– Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres
COMCAP	– Companhia de Melhoramento da Capital
COTS	– Caderno de Orientação Técnico Social
EJA	– Educação de Jovens e Adultos
ESA	– Educação Sanitária e Ambiental
FHC	– Fernando Henrique Cardoso
FLORAM	– Fundação Municipal de Meio Ambiente
GTR	– Geração de Trabalho e Renda
HBB	– Programa Habitar Brasil
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	– Índice de Desenvolvimento Humano Maior
IF-SC	– Instituto Federal de Santa Catarina
IN	– Instrução Normativa
MAB	– Movimento dos Atingidos por Barragens
MCIDADES	– Ministério das Cidades
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
Mi	– Milhões
MOC	– Mobilização e Organização Comunitária
MPs	– Medidas Provisórias
PAC	– Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	– Produto Interno Bruto
PMF	– Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Prouni	– Programa Universidade para Todos
PT	– Partido dos Trabalhadores
PTTS	– Projeto de Trabalho Técnico Social

SEMAS	– Secretaria Municipal de Assistência Social
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SMDU	– Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
SMHSA	– Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
UFSC	– Universidade Federal de Santa Catarina
ZEIS	– Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)	13
2.1	CONJUNTURA POLÍTICA DO GOVERNO LULA	13
2.2	A CRIAÇÃO DO PAC NO BRASIL.....	16
2.3	CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA DE SANTA CATARINA EM TEMPOS RECENTES	23
2.3.1	O PAC em Santa Catarina e Florianópolis	25
3	A AÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROJETO DO MACICO DO MORRO DA CRUZ	37
3.1	SERVIÇO SOCIAL: COMPETENCIAS E ATRIBUIÇÕES	38
3.2	COMPETENCIAS E ATRIBUIÇÕES PREVISTAS PARA O TRABALHO SOCIAL NO PAC	42
3.2.1	O trabalho técnico social definido pela SMHSA no projeto do maciço do morro da cruz em Florianópolis.....	46
3.3	AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS ASSISTENTES SOCIAIS DA SMHSA NA EXECUÇÃO DO PROJETO: UMA PRIMEIRA SISTEMATIZAÇÃO	52
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
	ANEXOS	72
	ANEXO A - Contas Abertas.....	73
	ANEXO B - ARTIGO 4º E 5º, LEI 8.662/93.....	75
	ANEXO C - Instrução Normativa nº 8.....	78
	ANEXO D - COTS.....	81

1 INTRODUÇÃO

A concepção inicial desse trabalho nasceu com a oportunidade de realização do estágio curricular não obrigatório, e obrigatório I e II ao longo dos anos de 2009 e 2010, quando teve-se aproximação com a realidade estudada, junto à equipe de trabalho da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), na Prefeitura Municipal de Florianópolis.

O principal projeto em execução pela SMHSA é o do Maciço do Morro da Cruz, advindo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com vistas a beneficiar 16 comunidades através de obras de infraestrutura urbana; a execução do projeto está prevista para o período entre 2007 e 2012.

Entendendo o assistente social enquanto um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, buscou-se através de uma pesquisa documental nos registros profissionais, compreender as possibilidades encontradas pelos profissionais frente às ações previstas no programa desenvolvido pela SMHSA, haja vista a conquistada dos profissionais na ocupação desse campo atuando diretamente na execução de projetos urbanísticos, como também na relação deste exercício com o projeto ético e político profissional.

O presente trabalho consiste, pois, em compreender a dinâmica das condições institucionais e o exercício profissional, especificamente:

- a) Identificar o espaço sócio ocupacional, contextualizando o Programa de Aceleração do Crescimento a nível federal e a sua operacionalização na Prefeitura Municipal de Florianópolis;
- b) Descrever o trabalho do Assistente Social inserido na esfera municipal, mais precisamente na Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, no projeto do Maciço do Morro da Cruz, discutindo o exercício profissional enquanto partícipe de processos de trabalho organizados pela referida instituição contratadora;

Este trabalho pauta-se no reconhecimento da ação profissional enquanto espaço de conhecimento e de descoberta de novas possibilidades de intervenção no âmbito das relações sociais, tendo em vista as mais diversas situações enfrentadas no cotidiano de seu exercício profissional, em distintos espaços sócio ocupacionais.

Com base nessas premissas, este trabalho estrutura-se, para efeito didático, em três momentos: o primeiro estrutura-se na contextualização da conjuntura histórica e política referente ao período de criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em todo o país. Destaca-se a conjuntura política do Estado de Santa Catarina e as configurações dos

governos a partir da década de 1990, culminando nas implicações sociais que demandaram a instalação do PAC por todo território brasileiro, e em particular na cidade de Florianópolis, capital do Estado e localidade da experiência vivida.

No segundo momento, aborda-se a ação profissional do assistente social com base no que se convencionar chamar de projeto ético político da profissão. Apresenta-se também as legislações e normas previstas no Caderno de Orientação Técnico Social – COTS, e na Instrução Normativa n. 08, que estabelecem um suporte à execução do trabalho da equipe técnica social inserida na execução do programa. A partir disso, busca-se relatar, com base nos termos e nos subprojetos de trabalho social da SMHSA, as atividades previstas para os assistentes sociais da SMHSA.

As considerações finais são apresentadas no último momento de elaboração do trabalho, e consta de reflexão acerca dos desafios identificados, a partir do levantamento nos documentos de registro da instituição, como também reflexões acerca dos principais resultados obtidos quanto à efetivação da ideia proposta.

É com base na perspectiva crítica-dialética que estrutura-se este trabalho, a partir das referências bibliográficas que o fundamentam, as quais são apresentadas no último momento deste documento.

2 O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

Nessa seção serão apresentados inicialmente elementos fundamentais referentes à conjuntura nacional que impulsionaram à criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), considerando as principais medidas sancionadas no segundo mandato do governo Lula, principalmente no que tange os fatores facilitadores (e dificultadores) das políticas sociais.

Serão abordadas as características do programa em meio ao seu processo de planejamento, execução e gestão nos quatro anos de sua existência. Também serão destacados aportes teóricos que contribuem para uma reflexão crítica da proposta governamental sugerida, conforme o processo de execução do mesmo.

Os aspectos críticos e polêmicos oriundos de discussões serão citados na seqüência, enfatizando, porém as características que envolvem o programa frente a dinâmica societária e as relações sociais e estruturais que interferem e condicionam os fatores positivos e negativos de sua execução.

2.1 CONJUNTURA POLÍTICA DO GOVERNO LULA E A CRIAÇÃO DO PAC

Em sua historicidade, o modelo de proteção social teve início no período pós-guerra e ganhou relevância no regime militar em 1964, quando na época as intervenções governamentais foram marcadas pela estratégia conservadora, na medida em que “a expansão da oferta de bens e serviços caminhavam em contrapartida com a centralização dos processos decisórios de regressividade dos mecanismos de financiamento” (PAIVA, MATTEI, 2009, p. 2).

Pereira (2009) referencia a entrada da política social no século XXI como uma época marcada por uma nova articulação político-institucional, que modificou interna e externamente as características do Estado de Bem Estar¹, em virtude da transição do modelo fordista para o

¹ “O crescimento do moderno “Welfare State” pode ser interpretado como uma resposta a dois processos fundamentais: a expansão do capitalismo, que se torna o modo de produção dominante após a Revolução Industrial, e o movimento que vai da formação do Estado Nacional à sua transformação em democracia de massas a partir dos últimos decênios do século XIX. (...) Constitui-se pela transformação fundamental do próprio Estado, de sua estrutura, de suas funções e de sua legitimidade. As funções estatais de garantia de segurança externa, da liberdade econômica interna e da igualdade frente a lei são progressivamente substituídas por uma nova razão de ser: a distribuição de serviços sociais de base securitária e as transferências em dinheiro, segundo critérios estandarizados e de rotina, não limitados a assistência de emergência” (DRAIBE, 1993, p. 9).

modelo taylorista bem como pelo aprofundamento do processo de globalização. Na fase da nova década que se inicia prevalecem, segundo a autora, “duas tendências: a contenção ou retração da oferta de serviços públicos, e a segmentação do consumo privado com dispersão na distribuição de renda, em conformidade com as regras do mercado” (PEREIRA, 2009, p. 193).

No Brasil, a estabilidade e a geração de empregos foram iniciadas durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1995, quando enfatizou o efeito promovido pelos reflexos do Plano Real, que na época estimulou a geração de empregos e a valorização da moeda. Em meio a esta conjuntura, foram priorizados ajustes econômicos definidos em 1989, no encontro internacional entre economistas e instituições financeiras, denominado como Consenso de Washington.

Se o governo Collor iniciou o neoliberalismo no Brasil de modo aventureiro foi, entretanto, com FHC que a década do social-liberalismo ganhou impulso, ao comandar o país por oito anos. Tratava-se de outra racionalidade, porém, dentro do mesmo ideário, desenhado pelo Consenso de Washington (ANTUNES, 2005, [s.p.]).

Para Gonçalves (2006, [s.p.]), “Fernando Henrique deixa o governo com uma dívida pública/PIB de quase 70%”. Identifica-se, portanto, que as contas públicas e as contas externas da política governamental nesse período tornam a situação da economia no país extraordinariamente difícil:

Em síntese, há um conjunto de desequilíbrios graves: renda com crescimento medíocre, contas públicas estropiadas, alta taxa de desemprego, taxa de investimento medíocre etc. A dívida pública é gigantesca, e o passivo externo e o desemprego cresceram de forma extraordinária. Quando FHC entrou, tínhamos algo como 11 milhões de desempregados; ele sai e o Brasil fica com 21 milhões. Isso é um desequilíbrio de estoque do ponto de vista da economia. FHC sai e a economia fica numa situação recessiva e de forte pressão inflacionária (GONÇALVES, 2006, [s.p.]).

Já no mandato do presidente Lula, Paiva e Mattei (2009) consideram que a manutenção da contra-reforma iniciada no governo anterior foi sua principal característica, uma vez que não se interrompeu a tendência neoliberal de desconstrução de idéia força do direito social, conquistado na luta dos trabalhadores pelo acesso ao excedente.

Trata-se, portanto, de a uma conjuntura politicamente ambígua, em que os governos passaram a tratar planos estratégicos em defesa da garantia dos direitos sociais conquistados na

carta constitucional brasileira de 1988 e, ao mesmo tempo, na defesa dos interesses da financeirização política econômica do país, de acordo com o aumento da privatização dos setores públicos e do caráter assistencialista das políticas sociais.

Destarte, Braz (2008) enfatiza a conjuntura do mandato do governo Lula como sendo a continuidade dos interesses neoliberais implementados no governo Collor e aprofundados no governo FHC. Porém, para o autor, Lula em seu segundo mandato, apresenta uma nova característica que significa uma ampla base política na representação dos segmentos populares na gestão e no planejamento de sua política, garantindo assim sua legitimidade:

[...] o governo Lula tem sido eficiente neste segundo mandato na efetivação de suas propostas. As mais relevantes tem sido implementadas ou por decretos ou por MPs e de maneira pulverizada, o que tem tornado difícil a (frágil) oposição a elas e, o que mais problemático, tem obscurecido o caráter estrutural de mudanças no Estado que elas vem imprimindo (BRAZ, 2008, p. 51).

A nova fase do Estado neoliberal, destacada por Braz (2008), é inaugurada pelo governo Lula e está, portanto, marcada pela recuperação parcial do papel estatal como garantidor/ financiador dos espaços de acumulação de capital do país. Faz-se necessário referenciar que o segundo mandato do Governo Lula deu prioridade ao crescimento da economia por meio de programas e projetos que visam a superação das dificuldades que condicionam o país, tais como: Programa Bolsa Família, Fome Zero, Luz Para Todos, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Universidade Para Todos (Prouni), entre outros. É justamente nessa perspectiva que estrutura-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, com o viés da urbanização de assentamentos precários de caráter social.

Destarte, o projeto Moradia, criado em 2000 pelo Instituto da Cidadania², serviu de base para o novo programa do Governo Lula na estruturação das políticas habitacionais ao longo de seu mandato. A partir disso, vimos a criação do Ministério das Cidades, no ano de 2003 “que passa a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e, dentro dela, pela Política Setorial de Habitação” (MCIDADES, 2004) onde,

² O Instituto da Cidadania Brasil atua como organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Possui um núcleo de mantenedores formado por pessoas físicas e jurídicas que, espontaneamente, realizam contribuições de ordem financeira para colaborar na realização de seus projetos e na elaboração de documentos e pesquisas. A missão do Instituto e de seus colaboradores é difundir os conceitos de cidadania em todos os segmentos que formam a nação brasileira e defender que todo cidadão tenha seus direitos e obrigações aplicados no seu dia a dia (INSTITUTO DA CIDADANIA, disponível em <http://www.institutocidadania.org.br>).

[...] serão mobilizados programas e ações de produção habitacional, de integração urbana de assentamentos precários, de infra-estrutura urbana, especialmente saneamento ambiental, permitindo a produção de terra urbanizada e de moradias adequadas, e tendo como instâncias de referência o Conselho das Cidades e seus similares no âmbito dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios (MCIDADES, 2010, p. 38).

Para analistas sociais e políticos, é sob a perspectiva do crescimento econômico que Lula constitui condições objetivas de intervenção política, por meio da implementação de programas e projetos sociais de cunho macroeconômico, propondo também garantir a sustentabilidade e a distribuição de renda dos brasileiros através da dinâmica parceria entre o Estado e a sociedade civil organizada.

Mattei (2009, p. 190) destaca que, diferentemente dos governos anteriores, o governo Lula assegurou uma ampla coesão social através de um paradoxal processo de cooptação dos movimentos sociais contestatórios. Abaixo vamos destacar o PAC, como um destes programas.

2.2 O PAC NO BRASIL

Lançado em 22 de janeiro de 2007, no segundo mandato do governo Lula, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que objetiva realizar um conjunto de políticas econômicas, a ser executada no quadriênio de 2007 a 2010, sob a perspectiva de promover o desenvolvimento econômico, através da aceleração da economia e do aumento de empregos, visando assim estimar a melhoria das condições de vida da população Brasileira.

Como resultado maior, espera-se consolidar uma nova perspectiva de políticas públicas de urbanização dos assentamentos precários, reforçando o reconhecimento do direito à cidade e à moradia digna, especialmente da população de baixa renda (MCIDADES, 2008, p. 8).

Aprovado pela Portaria: nº 411 de 28 de agosto de 2008, o Manual de Instruções para a Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no programa PAC prevê as seguintes ações: “Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários; Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda, e Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social” (MCIDADES, 2008, p. 4).

Desse modo, os projetos, programas e ações elaborados e destinados ao PAC envolvem recursos do Orçamento Geral da União, sob a responsabilidade do Ministério das Cidades. Como base legal, as obras e serviços realizados no âmbito do PAC deverão observar, além do disposto neste Manual, a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que: “Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC [...]”, bem como o Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, que “Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências”.

A figura a seguir esboça o organograma sobre a estruturação das formas e dos agentes que gestam o programa de acordo com a ordem hierárquica dos cargos de gestão e de responsabilidades:

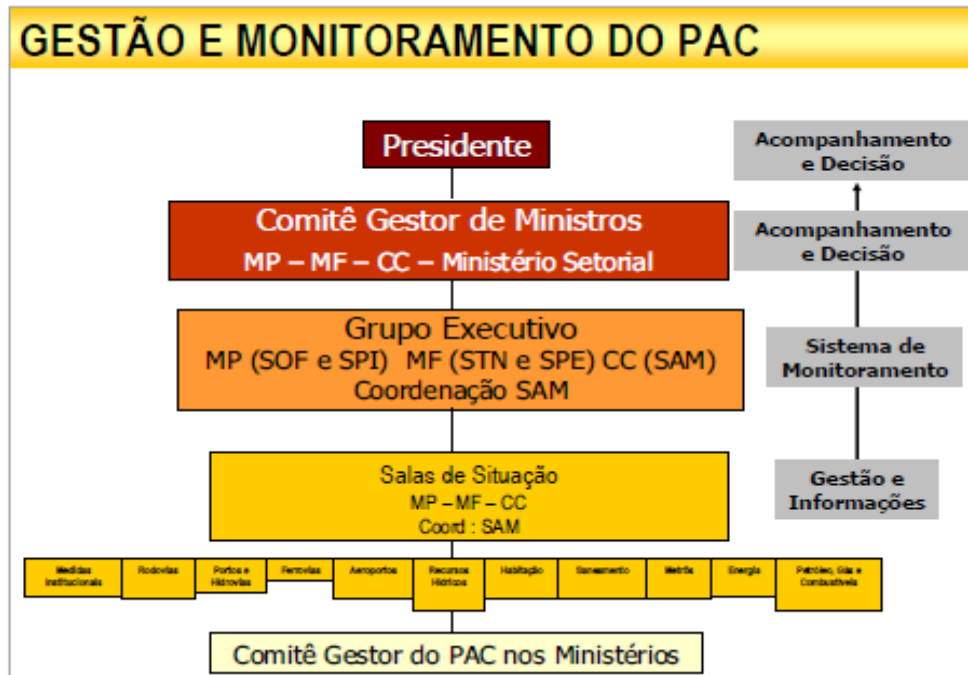


Figura 1 - Gestão e monitoramento do PAC
 Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento, 2º Balanço, 2007.

De maneira geral, a gestão matricial do PAC engloba os demais setores da política governamental responsável, sendo que cada esfera prevista pelo programa está subordinado a um cargo superior, conforme ilustrado na figura a seguir:

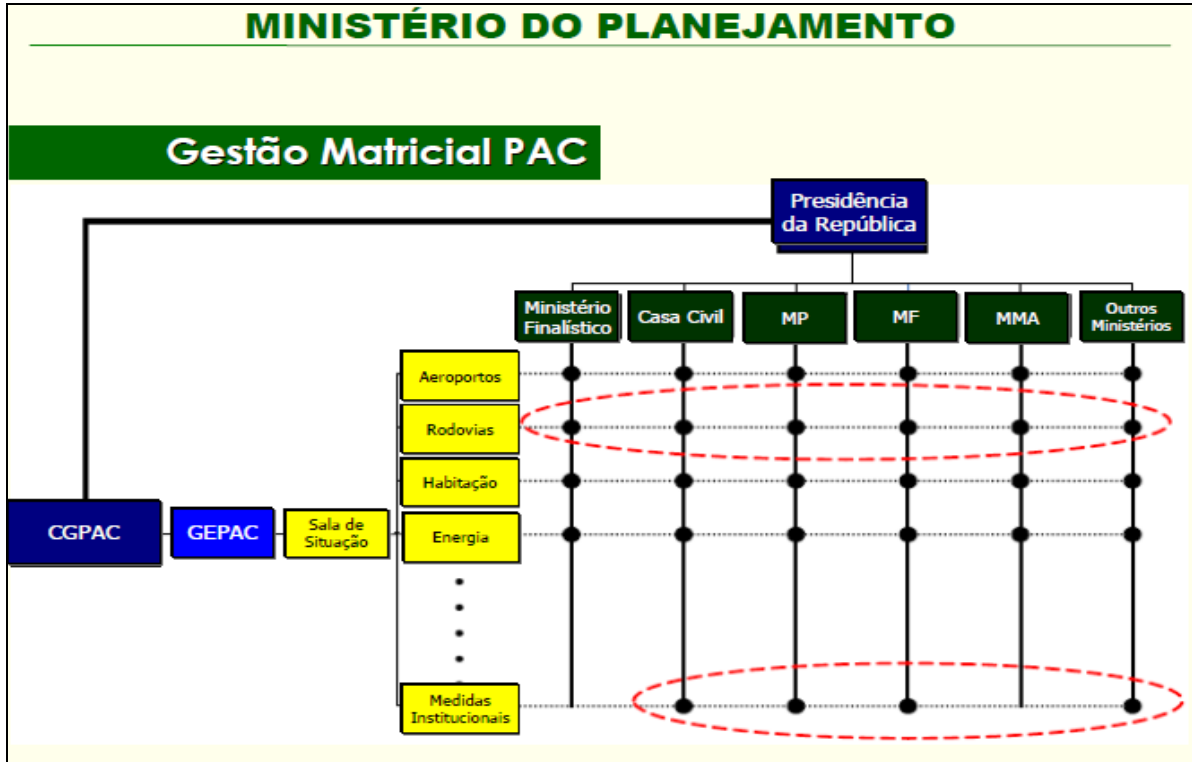


Figura 2 - Gestão matricial do PAC

Fonte: Ministério do Planejamento. O monitoramento intensivo e o PAC, 2008.

O PAC, efetivamente, é composto por dois grandes eixos que norteiam sua implantação: *um* com obras na área de infraestrutura, como hidrelétricas e estradas, e *outro* de urbanização de favelas e saneamento. Assim, em nível de organização, a forma prevista para a gestão do programa compõe cinco eixos de intervenção, como: melhoria do ambiente de investimento, estímulo ao crédito e ao financiamento (sobretudo do crédito habitacional e do crédito de longo prazo para investimentos em infraestrutura), desoneração e administração tributária, medidas fiscais de longo prazo, e por fim, investimentos em infraestrutura (Ministério da Fazenda, 2007).

Segundo perspectiva da gestão governamental, os objetivos principais dessas medidas são a desoneração dos tributos fiscais para incentivar mais investimentos no Brasil, prevendo assim estimular o crescimento do PIB (cerca de 5% ao ano)³. É previsto para esse período investimentos na ordem de R\$ 503 bilhões até o ano de 2010, conforme figura abaixo:

3

WIKIPEDIA, disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_de_Acelera%C3%A7%C3%A3o_do_crescimento. Acessado em 29 ago. 2010

BRASIL					
PREVISÃO DE INVESTIMENTO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA 2007-2010					
R\$ bilhões					
REGIÃO	LOGÍSTICA	ENERGÉTICA	SOCIAL E URBANA	TOTAL	%
Norte	6,3	32,7	11,9	50,9	16
Nordeste	7,4	29,3	43,7	80,4	25
Sudeste	7,9	80,8	41,8	130,5	40
Sul	4,5	18,7	14,3	37,5	12
Centro-Oeste	3,8	11,6	8,7	24,1	7
Subtotal	-	-	-	323,4	100
Nacional	28,4	101,7	50,4	180,5	-
TOTAL	58,3	274,8	170,8	503,9	323,4

Figura 3 - Previsão de investimentos até o ano de 2010

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento, PAC. 2007-2010. Disponível em: www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/biblioteca/ApresPACmiriamcidades.ppt. Acesso em ago. 2010.

Nesse contexto, os recursos previstos para a efetivação das obras do PAC são oriundos de acordo com a proporção de investimentos feitos por empresas estatais, empresa de mista economia (por exemplo, a Petrobrás), recursos do Orçamento Fiscal da União e da Seguridade; bem como investimentos da iniciativa privada induzidos pelos investimentos públicos já anunciados. Para tanto, destaca-se que o conjunto de projetos de infraestrutura pública ajudará na aceleração dos investimentos privados, sendo que, para isso, foram selecionados mais de cem projetos de investimento prioritários em rodovias, hidrovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento e recursos hídricos, através dos critérios de precariedade habitacional, irregularidades fundiárias e socioeconômica, evidenciados nos municípios solicitantes.

Para a operacionalização do Programa estão envolvidas seis instituições, com distintas responsabilidades: a Casa Civil e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, como Coordenador central; o Ministério das Cidades – MCIDADES, na qualidade de Gestor; a Caixa Econômica Federal – CAIXA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na qualidade de agente operador e financeiro; a Administração Pública dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, na qualidade de proponentes e

agentes executores; e as famílias atendidas, na qualidade de beneficiários finais (MCIDADES, 2008).

Não obstante, mesmo sem concluir o que foi previsto na primeira versão do programa, seja em virtude da amplitude do projeto e da complexidade das ações como também do aspecto burocrático gerenciado de acordo com a especificidade de cada região, o Governo Federal lançou no dia 29 de março de 2010, em Brasília, o PAC 2 que prevê recursos da ordem de R\$ 1,59 trilhão em diversos segmentos como: transportes, energia, cultura, meio ambiente, saúde, área social e habitação, sendo este último destinado ao acompanhamento social das obras previstas e a aquisição de moradias, quando necessário.

De modo geral, são seis as áreas de investimentos do PAC 2 que abragem todas as cidades brasileiras contempladas por essa nova etapa do programa: Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa Minha Vida; Água e Luz para todos; Transportes e Energia. Tais áreas compreendem projetos de infraestrutura destinados também às áreas de interesse social, conforme os critérios de atendimento já estabelecidos pela gestão do PAC anterior.

Quanto ao prazo para o cumprimento dessas medidas, o governo defende a implementação dos recursos em futuras gestões governamentais, garantindo continuidade dos benefícios previstos, não havendo assim paralização das obras que seguem em construção. Desse modo, a continuidade do programa será gestada com a reeleição do Partido dos Trabalhadores no poder, tendo em vista a candidata Dilma Hussels, eleita em 2010.

Por outro lado, tal programa é alvo de inúmeras críticas desde sua implementação. Passados quatro anos de sua execução, ainda hoje o programa é motivo de polêmicas, sejam oriundas dos partidos de oposição, sejam da sociedade civil que vivenciam diretamente a sua implantação.

Mesmo antes de ser lançado, o programa já enfrentava diversas críticas. A principal era a de que o governo anunciou novos investimentos sem ao menos cumprir metade do que foi previsto na primeira versão do PAC. Para a oposição, “o PAC ainda não saiu do papel e serve apenas como propaganda para o governo Lula. [...] As obras não concluídas na primeira versão do PAC estariam inclusive incluídas nessa segunda versão do programa” (NOTÍCIAS R7, 2010).

Além disso, dentre as matérias publicadas em *sites on line* acerca do programa, destaca-se a denúncia levantada pelo Tribunal de Contas da União, quando em 2009 registrou que 30 das 99 obras espalhadas pelo país apresentavam irregularidades, sendo que desse montante 13 obras foram paralisadas, por recomendações técnicas (OGLOBO, 2009).

Outras denúncias puderam ser registradas durante esse período, sendo estas respectivamente sobre o andamento das obras e a periodicidade em que está prevista sua execução, haja vista a morosidade por parte dos municípios em definir precisamente o período de início e de conclusão das obras no país, como texto que segue:

[...] das 4.146 ações de habitação planejadas para todo o país no período 2007-2010 e pós 2010, somente 227, ou 5% do total, foram concluídas até abril deste ano. A maioria, 1.582 (38%), está em execução; enquanto 1.489 (36%) estão em fase de ação preparatória (estudo ou licenciamento); 588 (14%) estão em processo de licitação e 260 (6%) ainda não foram contratadas (KLEBER, 2010).

Pode-se considerar que as obras que visam projetos de infraestrutura habitacionais do PAC são necessárias para o desenvolvimento do país, na medida em que as propostas apresentadas sejam cumpridas ou claramente esclarecidas para a população usuária, mas para que sejam executadas com presteza, falta, entre outras coisas, vontade política em meio à burocratização dos espaços de decisão.

Por outro lado, há autores que sinalizam que o maior problema está na dificuldade em coordenar um programa de tamanha projeção como o PAC, uma vez que envolve diversos setores do governo, cujos entraves burocráticos são cada vez maiores, seja no processo licitatório, nas ações judiciais, nas licenças ambientais, nas exigências para os repasses de recursos, como também no controle por parte do tribunal de contas. Esses fatores “impedem o fluxo rápido de informações e recursos, de forma a viabilizar as obras no prazo ideal” (KLEBER, 2010).

Conforme dados do anexo A, que identifica o estágio das obras de habitação até abril de 2010 por unidade da Federação, verifica-se que quatro estados apresentam percentual de apenas 1% de obras concluídas em relação à quantidade local global: Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Paraíba. Somadas, as quatro unidades da federação possuem 973 ações previstas, sendo que somente 10 foram concluídas. Com 2% aparecem Pará e Pernambuco. Entre os com maiores índices de conclusão estão Acre (15%), Roraima (15%) e Rio Grande do Sul (14%), sendo apenas o Estado do Acre governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Paralelo a isso, cita-se o fato de que as capitais governadas por aliados do Partido dos Trabalhadores são supostamente as que mais receberam recursos do PAC. O jornal “Folha.com”, em 2007 enumerou os estados em que os recursos do PAC estão melhores distribuídos conforme a candidatura dos municípios governistas:

A população de capitais administradas pelo PT foi privilegiada na divisão do bolo de investimentos federais do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em urbanização e saneamento, um dos grandes trunfos políticos do governo para as próximas duas eleições, no ano que vem e em 2010. Levantamento feito pela reportagem no volume per capita de recursos para obras nas 26 capitais estaduais mostra que, entre as dez primeiras, seis têm prefeitos petistas (FOLHA.COM, 2007).

Entende-se que o PAC favorece o eleitorado do partido governista na medida em que se destaca enquanto um programa de cunho macroeconômico, que envolve uma grande quantidade de recursos e de investimentos de infraestrutura para diversas cidades do país, contemplando de modo geral as cinco regiões brasileiras. Dessa forma, o programa tem sido nomeado como uma das principais ações desenvolvidas pela atual gestão governamental, cuja meta simboliza a melhoria das condições de vida da população e o aumento das condições econômicas do país, porém já contemplados no programa de gestões passadas.

Nesse sentido, Braz (2007) compara a semelhança do PAC com o programa Avança Brasil, criado em 1999, na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Considera que estes representam um caráter superficial no que se refere às intervenções diretas de cunho social, pois não atuam de modo a alterar o “essencial da política econômica cujo eixo central está na transferência de riquezas do setor produtivo (sobretudo do capital e do trabalho) para os segmentos rentistas da economia capitalista, substancialmente bancos e fundos de pensão” (BRAZ, p. 56).

Para o autor, a política que rege a finalidade do crescimento econômico não propõe de fato a resolução de fatores como: crescimento, pobreza e desigualdade, sendo o primeiro como fator substancial para o aprofundamento dos demais. Assim, o padrão da desigualdade pode não ser significativamente alterado com as novas estratégias previstas no PAC, uma vez que a tendência do agravamento da questão social nas últimas décadas, não será sanada nesse momento. Outro fator agravante na execução do programa citado pelo autor refere-se a não exposição dos montantes financeiros destinados a execução das obras e projetos previstos.

Em suma, o programa de aceleração do crescimento, com todas as polêmicas envolvidas, atualmente abrange uma série de recursos e investimentos que interferem em diferentes setores da política, em sua ampla complexidade.

Paralela à ação governamental, ações específicas do programa são direcionadas para as regiões brasileiras, conforme a disponibilidade dos recursos e da dimensão econômica e

demográfica dos Estados. Na seqüência, trataremos do PAC na região sul do país, especificamente no Estado de Santa Catarina.

2.3 CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA DE SANTA CATARINA EM TEMPOS RECENTES

Em Santa Catarina é possível identificar o intenso processo de reestruturação produtiva que atravessou a população catarinense frente às novas estratégias de intervenção política e econômica. A criação de um novo modelo de planejamento econômico na gestão do desenvolvimento catarinense intensificou a busca pela competitividade comercial resultando no intenso processo de industrialização no Estado concomitantemente com o aumento do fluxo migratório das populações residentes na região do oeste e da serra catarinense para as regiões litorâneas como o Vale do Itajaí, a Grande Florianópolis e o Sul do Estado (Mattei, 2010).

Vale destacar que todas as regiões do estado de Santa Catarina apresentam distintas características entre si, e que em meio a sua diversidade, diferentes impactos resultaram na sua história e na constituição do contorno de sua realidade recente, sejam em termos econômicos, sociais, políticos e culturais, os quais serão brevemente notados nesse estudo.

A intensidade do fluxo migratório para as cidades litorâneas do Estado, principalmente no que preconiza o êxodo rural nas regiões oeste e serrana, foi oriunda dos impactos da globalização marcada pela expansão do agronegócio e no latifúndio da pecuária que desestruturou economicamente os pequenos agricultores que sobreviviam da agricultura familiar sem grandes suportes técnicos para acompanhar os avanços da agroindústria que se instalava na região. Ademais, a falta de investimentos nos serviços públicos intensificou os problemas sociais, como saúde, educação, assistência social, entre outros (Mattei, 2010).

Decorrente disso, famílias migram para as regiões litorâneas de Santa Catarina, em busca de melhores condições de vida, moídas pela necessidade de mudarem seus hábitos e costumes, haja vista o significativo crescimento de internacionalização da economia nessas regiões, principalmente durante o período da ditadura militar, quando enfatizou o processo de modernização “caracterizado pela implantação de infra-estrutura viária, meios de comunicação, energia, urbanização e outros” (RIBEIRO, 2005, p. 121).

Resultante desse processo, o litoral de Santa Catarina apresenta atualmente um intenso inchaço populacional, não somente pelo crescente investimento nas indústrias, mas também com

a forte propaganda de incentivo ao turismo, voltadas principalmente às praias de Florianópolis. Isso significou, para a economia catarinense, importantes mudanças na medida em que os trabalhos passaram a ser destinados ao consumo dos turistas que por sua vez compram mercadorias através do trabalho temporário, de veraneio. Muitos desses migrantes, portanto, vindos do planalto serrano e oeste catarinense, sobrevivem por meio do trabalho informal, sem perspectiva de emprego, como enfatiza Ribeiro (2005, p. 126):

[...] a questão da migração campo-cidade agrava ainda mais o já conturbado espaço urbano. É bom lembrar que estes municípios litorâneos funcionam como ponto de chegada para estes fluxos migratórios do este, meio-oeste e planalto. Estas pessoas vão para onde há trabalho e tentam se inserir nas franjas da economia urbana: a informalidade.

Importante destacar que o Estado catarinense sofreu grandes impactos no que se refere a intensidade do empobrecimento econômico. Ao observar-se a ilustração em vermelho da figura seguinte, verifica-se que a pobreza se distribui quantitativamente dispersa pelas regiões do Estado:

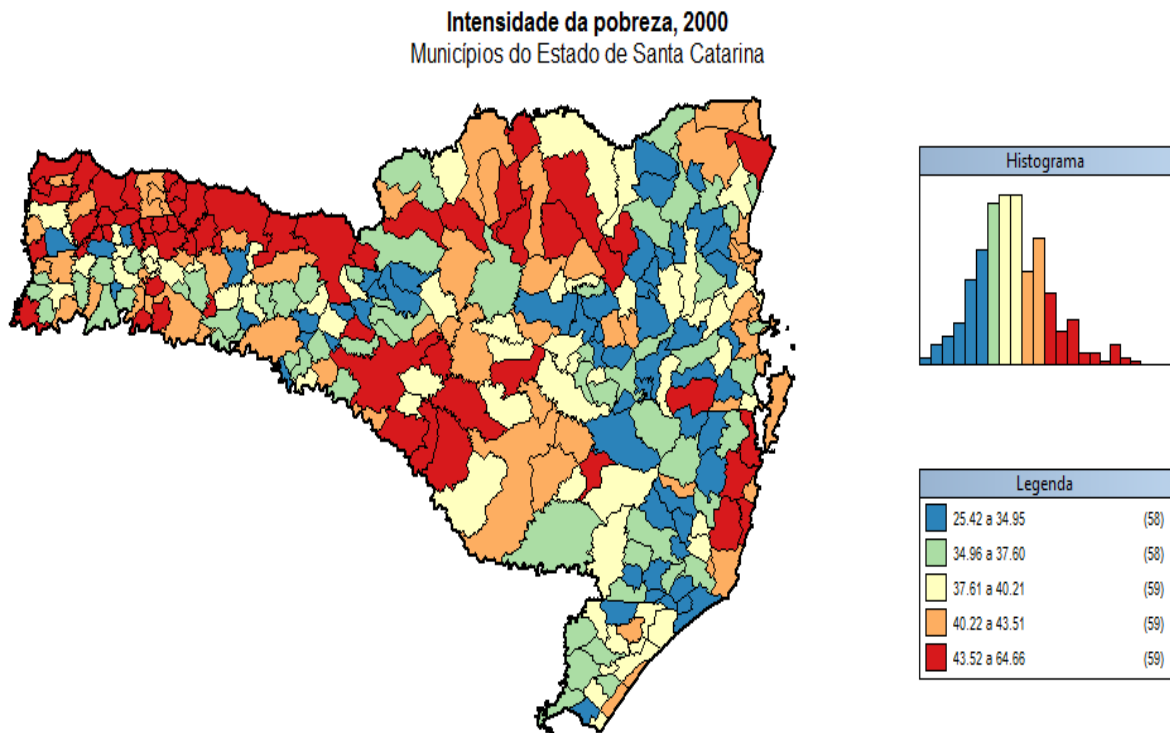


Figura 4 - Densidade da pobreza
Fonte: PNUD (2000).

Observa-se importantes desigualdades no território estadual; as regiões que apresentam índice de desenvolvimento humano maior (IDHM) são onde estão concentrados os maiores setores industriais tais como: Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul, Criciúma, Chapecó, Videira, entre outras. Se comparados com as demais regiões do planalto Serrano e oeste catarinense, verifica-se que esse fenômeno indica a proposição de efeitos sociais muito claros, especialmente no que condiz com o confronto das condições socioeconômicas, seja em virtude da desestruturação produtiva das grandes regiões, seja pela expulsão dos moradores do campo, que migram para outras cidades sem perspectiva de vida, impulsionados pelos ajustes estruturais implementados pelos governos brasileiros na década de 1990.

Se por um lado a política econômica de abertura comercial produziu efeitos diversos na estrutura produtiva, impulsionando a reestruturação tecnológica e organizacional das grandes, médias e pequenas empresas, capacitando-as para uma melhor competitividade, a sua contrapartida assume formas críticas: desemprego maciço, fechamento de postos de trabalho, precarização do trabalho, terceirização, agravamento do processo migratório campo-cidade, agravamento do quadro de empobrecimento da população, violência urbana, agravamento dos quadros de favelização ao longo do litoral catarinense, desde a grande Florianópolis até o Norte do Estado, em Joinville e outros (RIBEIRO, 2005, p. 103).

Mattei (2010) destaca que o processo de litoralização em Santa Catarina, refletido da intensidade demográfica para o leste catarinense, resulta no crescente grau de industrialização e urbanização nessas regiões, ainda nos anos 2000. Salienta que, para que os planos e estratégias traçados pelos governos alcancem o avanço da economia catarinense é necessário que na agenda pública haja a introdução de um instituto de estudos sobre a economia de Santa Catarina que discutam o planejamento do desenvolvimento econômico. É nesse cenário, portanto, que em 2008, o PAC é inserido no planejamento da política estadual, no Plano de Desenvolvimento Econômico para Santa Catarina, cujos aspectos serão apresentados na seqüência.

2.3.1 O PAC EM SANTA CATARINA

O PAC destinou para o estado de Santa Catarina o montante de recursos equivalente a 21,8 bilhões de reais, com a previsão de que R\$ 11,9 bilhões sejam utilizados até 2010 e R\$ 9,9 bilhões depois de 2010. Nessa perspectiva, cerca de cem projetos que integram dois dos três

eixos de infra-estrutura previstos no programa: logística e energética, e 300 do eixo de infra-estrutura social e urbana, são destinados para 23 cidades catarinenses. Nesse cenário, Santa Catarina ocupa o 13º lugar na lista dos estados brasileiros mais bem contemplados pelo programa. Já entre os empreendimentos de caráter regional, está na 14º posição (NOTÍCIA COMPLETA, 2009).

A principal obra destinada para o Estado é a duplicação da BR 101, que liga o trecho da cidade de Palhoça até a divisa com o Rio Grande do Sul, com vistas a promover o escoamento da produção da região serrana gaucha e sul catarinense. Além desta, há um conjunto de obras ligadas ao sistema rodoviário, aeroviário, ferroviário, portuário e energético, que se entrelaçam num programa de importantes impactos sobre as possibilidades de desenvolvimento regional e a inserção do país no Mercosul.

A figura abaixo ilustra a localização das principais obras previstas pelo PAC para Santa Catarina conforme sua localização e natureza de seus investimentos.



Figura 5 - Localização das principais obras previstas pelo PAC para Santa Catarina
Fonte: Campos et al. (2010).

Pela imagem, é possível observar que a região nordeste do estado e do vale do Itajaí, há maior concentração de investimentos do PAC para acessos rodoviários locais, designando infra-estrutura portuária e aeroviária na região mais industrializada do estado. Fica claro a primeira vista que a propensão de vias externas demonstra o interesse do país em tornar Santa Catarina

um dos principais estados de integração com o Mercosul, atraindo mão de obra qualificada para efetivar os preparativos de tais investimentos.

A fim de contextualizar a inserção e implementação do programa no Estado, serão abordados os três eixos de infraestrutura destinados à região, e na seqüência, serão apresentados os projetos previstos para execução nas 23 cidades catarinenses.

De modo geral, os recursos previstos para os empreendimentos na área energética são os mais privilegiados financeiramente no Estado, uma vez que foram destinados para este fim mais de 6,3 bilhões de reais para a execução de projetos até 2010. O eixo infra-estrutura energética prevê para Santa Catarina:

- Garantir a segurança energética e modicidade tarifária para Santa Catarina e a região sul;
- Ampliação da malha de gasodutos garantindo suprimentos de gás natural;
- Desenvolver e ampliar a produção de petróleo no Estado;
- Ampliar e modernizar o parque de refino no Estado.
- Empreendimentos em hidrelétricas, linha de transmissão, pesquisas exploratórias, biodiesel e petroleiros (SERAFIN et al., 2008).

Destaca-se o projeto de construção da usina hidrelétrica de Itapiranga, localizado na divisa com o Rio Grande do Sul, atingindo os municípios de Pinheirinho do Vale e Vicente Dutra (RS) e Itapiranga e Mondaí, (SC). Com a projeção de geração de energia prevista para 580 MW⁴, o projeto é considerado como principal investimento da região (Notícia Completa, 2009).

O eixo de infraestrutura logística, por sua vez, é considerado o segundo mais bem contemplado em Santa Catarina, pois prevê investimentos de quase 3,9 bilhões de reais, sendo que pouco mais de R\$ 1 bilhão já foi aplicado, como por exemplo, nas BRs 116, 376 e 101, beneficiando também o Paraná (NOTICIA COMPLETA, 2009). A maioria dos recursos incluídos nessa categoria são destinados para o aumento da capacidade de infraestrutura viária, como duplicações e faixas adicionais nas estradas; dragagem e vias de acesso portuário; e eliminação de conflitos entre ferrovias e zonas urbanas, através da construção de contornos e passagens de nível (MT, 2007).

Os projetos previstos ainda para o eixo de infraestrutura logística em Santa Catarina, objetivam alguns aspectos semelhantes ao energético como a integração do Estado com o MERCOSUL, mas também no apoio ao turismo, empreendimentos em aeroportos, ferrovias,

⁴ Megawatt, é uma unidade de medida correspondente a 10⁶ watts. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/MW>. Acessado em 12 de setembro de 2010.

marinas mercantes, porto e rodovias, sendo que a construção do aeroporto Hercílio Luz em Florianópolis é considerada a obra de maior investimento desse setor.

O Box a seguir, detalha a destinação dos investimentos de infraestrutura logística e energética supracitados, de acordo com cada município.

Entre as obras rodoviárias do PAC, a mais importante é a duplicação da BR 101 no trecho Sul do estado e que já conta com cerca de 60% de sua construção já concluída					
Obra	Municípios	Orçamento	Órgão financiador	Situação	Previsão oficial
Duplicação BR 101 Sul	Palhoça a Passo de Torres	1,60 bi	Ministério dos Transportes	60% construída	Final de 2010
Duplicação BR 470	Navegantes a Indaial	1,45 Bi	sem definição	em licitação	Final de 2011
Construção de Via Expressa Portuária	Itajaí	65,0 mi	governo federal e Prefeitura	50%	2010
Duplicação Acesso Aeroporto Hercílio Luz e Trevo da Seta	Florianópolis	19,0 mi	Prefeitura de Florianópolis	Em andamento	Final de 2010
Dentre as principais obras no setor aeroviário, a ampliação do terminal do aeroporto internacional Hercílio Luz de Florianópolis, é a que recebe o maior volume de investimentos, atendendo à demanda cada vez maior pelo turismo, pelas tradicionais festas pelo interior, pelo empreendedorismo e pelos diversos eventos institucionais e de negócios realizados nas diversas cidades do estado.					
Obra	Municípios	Orçamento	Órgão financiador	Situação	Previsão oficial
Construção de novo terminal de Passageiros Hercílio Luz	Florianópolis	295,0 mi	Infraero	Em licitação	2012
Construção Aeroporto Regional Sul	Jaguaruna	23,0 mi	governo federal (50%) e governo estadual (50%)	Em andamento	2010
Construção Aeroporto Planalto Serrano	Correia Pinto	16,0 mi	governo federal (50%) e governo estadual (50%)	Em andamento	2010
O maior desafio das obras ferroviárias em Santa Catarina é a construção da chamada “ferrovia do frango”, que atravessará o estado escoando a produção desde os municípios Oeste até o Porto de Itajaí e, mais além, completando a integração com a Argentina, possibilitando ao país vizinho também escoar sua produção por Itajaí.					
Obra	Municípios	Orçamento	Órgão financiador	Situação	Previsão oficial
Construção Ferrovia Litorânea	Imbituba até Araquari	945,0 mi	PAC	Em andamento	2017
Construção	Itajaí até	1,6 bi	PAC	Em licitação	Sem previsão

Ferrovias Leste-Oeste	Argentina				
Contorno Ferroviário Joinville	Joinville	52,7 mi	PAC	Em andamento	Sem previsão
Contorno Ferroviário São Francisco do Sul	São Francisco do Sul	32,0 mi	PAC	Em andamento	Sem previsão
No setor hidroviário, dada possibilidade de ampliação dos fluxos de mercadorias proporcionada pelos aumentos da demanda, com a nova ferrovia - por exemplo, ampliando as importações e exportações, se faz necessário investir na reforma e ampliação dos nossos principais portos e na construção de novo, o que é proporcionado pelo PAC, e as parcerias público privadas.					
Obra	Municípios	Orçamento	Órgão financiador	Situação	Previsão oficial
Construção Porto de Itapoá	Itapoá	450,0 mi	Portinvest Participações	Em andamento	Início de 2010
Construção de novo Berço (401 A) Porto São Francisco do Sul	São Francisco do Sul	27,0mi	PAC	Em andamento	Início de 2010
Reforma Berço 201 A Porto São Francisco do Sul	São Francisco do Sul	22,0 mi	PAC	Em andamento	2009
Reforma Geral Porto de Itajaí	Itajaí	350,0 m	governo federal, em estado de emergência	Paralizada	Sem previsão
E por fim, com as perspectivas do desenvolvimento em Santa Catarina, não se poderia deixar de ampliar o potencial hidrelétrico com novas obras na geração de energia elétrica, atendendo a diversas regiões de Santa Catarina, sendo a principal delas a de Foz do Chapecó com orçamento de R\$ 2,0 bilhões.					
Obra	Municípios	Orçamento	Órgão financiador	Situação	Previsão oficial
Construção Hidrelétrica Foz do Chapecó	Águas de Chapecó	2,0 bi	Bndes (70%) e Consórcio Privado (30%)	75% concluída	2011
Construção Hidrelétrica de Salto Pilão	Lontras, Apiúna e Ibirama	500,0 mi	Consórcio Privado	Finalizada	2010
Construção Hidrelétrica Pai Querê	Lages (SC) e Bom Jesus (RS)	968,9 mi	PAC	Em andamento	2011

Fonte: Brasil - PAC (2007).

Elaboração: Campos et.al. (2010).

Totalizando dois bilhões de reais para investimento em Santa Catarina até o final de 2010 (NOTÍCIA COMPLETA, 2009), o *eixo infra-estrutura social urbana* prevê a destinação dos empreendimentos para os seguintes projetos: Saneamento (abastecimento de água) e Habitação (elaboração de plano municipal de habitação); Luz para todos e; Melhoria das condições de vida da população garantindo a ampliação do sistema de esgotamento sanitário, a

ampliação do sistema de abastecimento de água de Florianópolis e Joinville, à recuperação ambiental de bacias e a urbanização de favelas (SERAFIM, 2008).

O objetivo maior desse eixo é melhorar as condições de vida da população em vários municípios catarinenses, pois:

- Prevê a ampliação do sistema de esgotamento sanitário.
- A despoluição e recuperação ambiental das baías,
- A ampliação do sistema de abastecimento de água.
- A urbanização de favelas com remoção de moradias localizadas em beiras de córregos e áreas de risco, como os projetos de revitalização do Morro da Cruz, em Florianópolis e outros similares em São José, Itajaí e Joinville (SALVATTI, 2010, slide 12).

O eixo infra-estrutura social e urbana, constituiu-se como resposta a um dos principais desafios enfrentados pelo governo no primeiro mandato do Governo Lula para a implementação da Política Nacional de Habitação em todo o Brasil, dentre os quais se destacam “a focalização na população moradora em favelas, em especial das Regiões Metropolitanas, que concentram 89% desse grupo; a garantia da sustentabilidade e a harmonização dos subsídios por meio de uma política integrada; e a consolidação do papel das Companhias de Habitação” (MCIDADES, 2008).

Nacionalmente os processos de intervenção da política social e urbana prevista no programa são guiados por um fluxograma orientador, como ilustrado a seguir.



Figura 6 - Política habitacional

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento, PAC. 2007-2010.

Santa Catarina recebe seu maior projeto de infraestrutura social e urbana na capital do estado. Florianópolis, desde 2007 segue na implantação de processos de urbanização de assentamentos precários no Maciço do Morro da Cruz, adquiridos no Programa HBB⁵.

De modo geral, a ênfase dos estudos, planos, programas e projetos de desenvolvimento e investimentos do PAC têm envolvido as questões de logística, energética e social e urbana de modo a garantir os objetivos do programa na busca pelo desenvolvimento social e econômico do país, na medida em que os anseios das comunidades são atendidos. A amplitude do programa por vezes se depara com impasses e contestação vinda da opinião popular como aconteceu, por exemplo, na construção da hidrelétrica de Itapiranga, que resultou na paralisação das obras, a partir das manifestações de revolta de agricultores e integrantes do Movimento dos Atingidos

⁵ “O Programa Habitar-Brasil/BID objetiva a promoção de intervenções em assentamentos subnormais, localizados em regiões metropolitanas, capitais de estado e aglomerações urbanas, por meio dos dois subprogramas denominados: Desenvolvimento Institucional de Municípios/DI e Urbanização de Assentamentos Subnormais/UAS” (CEF, disponível em: www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/federal/lista_completa_programas/programa_habitar_brasil.asp#. Acessado em: 17 dez. 2010)

por Barragens (MAB), que se posicionaram contrários ao forte impacto social e ambiental que a obra resultaria na região.

3. O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PAC NO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ: DEMANDAS COMUNITÁRIAS E A RESPOSTA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Florianópolis, considerada a capital do Estado de Santa Catarina desde 1894, é atraída por milhares de turistas anualmente, não somente pela sua história, mas também pela valorização aos atributos turísticos e paisagísticos que envolvem a Ilha de Santa Catarina. Segundo estatísticas do IBGE (2009), a cidade apresenta hoje uma população de 408.161 habitantes e caracteriza-se por uma economia diversificada e heterogênea, destacando-se a construção civil, serviços públicos, comércio e serviços, vestuário, pequena produção agrícola, pesca e outros (RIBEIRO, 2005).

Com a chegada dos imigrantes portugueses no século XVII e o decorrente extermínio de quase toda população nativa da região (índio Tupi-Guarani), o que predominou inicialmente foi a população vicentista e açoriana mais especificamente na região sul da ilha. Foi somente no século XIX que a economia da cidade passou a se firmar como centro político-administrativo, em virtude do aumento da diversidade mercantil, recebendo significativa visibilidade na década de 1960, por influência de iniciativas estatais (MACHADO, 2003).

Acrescida a esse quadro, Florianópolis não esteve alheia ao avanço do processo de industrialização no período da ditadura militar, e desde então sofreu significativos impactos na sua economia, especialmente no que se referem ao fortalecimento do setor turístico nos últimos 20 anos, apresentando alguns aspectos oriundos do desenfreado processo de urbanização, como são: a poluição e a falta de investimentos públicos com saneamento básico.

Historicamente, o excessivo custo da terra urbanizada nas cidades brasileiras, somado à baixa capacidade de pagamento das famílias e à falta de alternativas habitacionais acessíveis no mercado formal ou à insuficiência das políticas habitacionais para as famílias de mais baixa renda, são fatores que têm levado um significativo contingente da população a viver em assentamentos precários e informais (MCIDADES, 2010).

Contudo, o crescente processo de urbanização e assentamentos precários, apresentam quadros de erosões, desmoronamentos, alagamentos ou enchentes e estes “foram sustentados ao longo do período, por meio de intervenções pontuais, como redes de infraestrutura para melhorar as condições de acesso e saneamento, até projetos mais amplos.” (MIRANDA, 2010, p. 22).

Conforme Rolnik (2008, p. 23) Florianópolis não está alheia às demais expressões territoriais dos aglomerados urbanos brasileiros: “hoje em nosso país, mais de 80% da população é considerada urbana, em um modelo de urbanização que concentrou 60% desta em 224 municípios com mais de 100 habitantes, dos quais 94 pertencem a aglomerados urbanos e regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes”.

Considera-se nos dias de hoje que a presença de assentamentos precários prejudica não somente as condições humanas de sobrevivência como também os fatores ecológicos que afetam significativamente a qualidade do meio ambiente (MIRANDA, 2010).

Assim, o tema da urbanização de assentamentos precários, foi considerado um dos eixos fundamentais para a consecução do desenvolvimento econômico e social do país (MCIDADES, 2008), resultando dessa maneira com a implantação do PAC, que conta com expressivos investimentos destinados à execução de ações integradas em habitação, saneamento e inclusão social nas principais cidades e regiões metropolitanas.

Florianópolis foi uma das cidades selecionadas para receber os investimentos do Governo Federal, em meio aos 282 projetos mandados por diversos municípios de todo o país, haja vista as necessidades de infraestrutura urbanas apresentadas nos projetos iniciais elaborados pelos técnicos da SMHSA frente ao crescente número de ocupações irregulares em áreas de interesse social. A principal região atendida na cidade é o Maciço no Morro da Cruz, localizado na parte central do município, abrangendo uma área de 2.151.000 m². Esta região configura-se em duas porções: a parte baixa, compreendendo o pé do Maciço do Morro da Cruz, constituída por comércio, órgãos públicos, residências de extratos médio e médio altos e equipamento de serviços, lazer e saneamento; a parte alta do morro com uma ocupação de moradias precárias e com pouca infra-estrutura abrigando uma população de extratos médio-baixo (SMHSA, 2008).

Na figura abaixo é possível identificar panoramicamente a localidade do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis:



Figura 7 - Maciço do morro da cruz em Florianópolis
 Fonte: SMHSA (2007).

O projeto no Maciço no Morro da Cruz teve início no ano de 2005 quando os trabalhos de levantamento das necessidades da população local e elaboração do diagnóstico da situação impulsionou ações. Dentre as ações destacam-se: elaboração do plano municipal de redução de risco de deslizamento, aprovação da lei de zoneamento das áreas de interesse social – ZEIS, e criação do Parque do Maciço do Morro da Cruz (MCIDADES, 2008).

Em 2006, a PMF contratou uma empresa de engenharia para desenvolver projetos de infraestrutura indo à busca de recursos para executá-los. Com o Programa de Aceleração do Crescimento foi possível colocar o projeto em prática (MCIDADES, 2008).

A partir de março de 2008 vem se desenvolvendo o *Projeto Maciço do Morro da Cruz – Inclusão Social*, vinculado ao Governo Federal e gestado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, contando na sua composição de investimentos também com recursos do governo Estadual e da prefeitura. O Projeto tem o intuito de proporcionar melhorias nas condições de vida dos moradores através de serviços sociais e investimentos da infraestrutura que, envolve uma intervenção com métodos participativos, onde técnicos e moradores, poder público e entidades organizadas compartilham responsabilidades (SMHSA, 2007).

Nesse período, a prefeitura deu início a execução das obras do PAC no município com as seguintes ações para o Maciço do Morro da Cruz:

- 1) Assinatura da ordem de serviço das obras de infraestrutura urbana das 16 comunidades do Maciço;
- 2) Assinatura da ordem de serviço para as obras de saneamento básico nas comunidades do Alto da Caieira e Serrinha;
- 3) Assinatura da ordem de serviço referente ao contrato de supervisão e fiscalização das obras;
- 4) Lançamento do processo licitatório para as obras de saneamento básico das demais comunidades do Maciço (SMHSA, 2008).

As obras referentes à água e esgoto do Maciço do Morro da Cruz foram projetadas pela empresa AR engenharia, através de fotos aéreas produzidas pela empresa Iguatemi, ambas contratadas pela PMF. É a partir da instalação da rede de água e esgoto nas comunidades que seguem as obras de pavimentação e drenagem das ruas. Trata-se, portanto de um projeto abrangente com intervenção em 16 comunidades empobrecidas, localizado na região central da capital de Santa Catarina, que objetiva beneficiar diretamente uma população estimada em 5.667 famílias, e 22.708 habitantes, representando aproximadamente 40% de toda população residente em áreas designadas de Interesse Social do município de Florianópolis (SMHSA, 2008).

As comunidades previstas para serem atendidas no projeto do Maciço do Morro da Cruz podem ser visualizadas de acordo com a figura a seguir:

Comunidades Beneficiadas:

- 1- MORRO MARIQUINHA;
- 2- MONTE SERRAT/ NOVA DESCOBERTA;
- 3- MORRO DO TICO-TICO;
- 4- MORRO DO 25 / NOVA TRENTO;
- 5- MORRO DO HORÁCIO;
- 6- MORRO DA PENITENCIÁRIA;
- 7- MORRO DA QUEIMADA E JAGATÁ;
- 8- MORRO DO CÉU;
- 9- VILA SANTA VITÓRIA;
- 10- SERRINHA;
- 11- CAEIRA;
- 12- ANGELO LAPORTA;
- 13- SANTA CLARA;
- 14- LAUDELINA DA CRUZ;
- 15- JOSE BOITEUX;
- 16- MORRO DO MOCOTÓ.

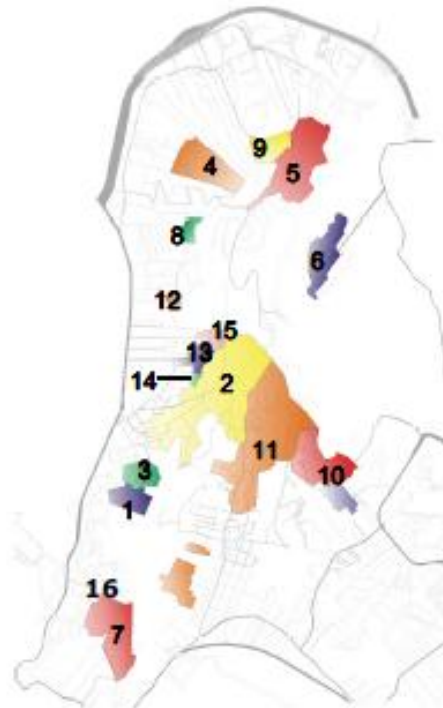


Figura 8 – Comunidades beneficiadas
Fonte: SMHSA (2008).

O projeto contempla a implantação de rede de esgoto, água, energia elétrica, pavimentação, construção de muro de contenção, habitações, transporte vertical, recuperação ambiental, atividades de organização comunitária, educação sanitária e ambiental, além de obras de proteção, contenção e estabilização do solo. Também está previsto um Parque Urbano que beneficiará toda a população de Florianópolis, principalmente os habitantes do Maciço, com ações voltadas à educação e recuperação ambiental, além da geração de trabalho e renda com foco na atividade turística da cidade. Baseando-se ainda em dados do MCidades (2008):

[...] as obras incluem implantação de 26 mil metros de rede de esgoto e outros 24 mil metros de rede de abastecimento de água. A rede de energia elétrica e iluminação terá mais de 11 mil metros de extensão. Uma área de aproximadamente 55 mil metros quadrados será pavimentada e cerca de 800 mil metros quadrados passarão por processos de recuperação ambiental. Mais de 400 habitações serão construídas.

Atualmente o projeto tem sido executado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, mais especificamente na Secretaria Municipal de Habitação, por uma equipe multiprofissional composta de técnicos engenheiros civil e sanitaria, arquitetos urbanistas, assessor jurídico, técnico em edificações, assistentes sociais e profissionais da área administrativa, financeira e apoio.

Destaca-se ainda, a contratação de instituições privadas realizados pela prefeitura para atuarem na execução dos trabalhos, como: Ambientalis, Iguatemi, JK, SETEP, MGM, Iguatemi Associação de Bombeiros Comunitários e Geomais.

Além da parceria privada estabelecida, registram-se ainda a atuação de instituições públicas como a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), CELESC, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, FLORAM, Secretaria de Obras, Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU), Caixa Econômica Federal (responsável na gestão financeira do programa) e, por último, a CASAN, que terceirizou seus serviços licitando as empresas MAP e STC para executar a instalação das redes de água e esgoto nas comunidades.

Recentemente foi aprovado o PAC Complementar que prevê o montante de R\$14.833 milhões de reais, tendo como proposta inicial a construção de praças e apartamentos, como também continuidade aos trabalhos já iniciados por todas as comunidades (PMF, 2010).

A metodologia de trabalho no Projeto do Maciço tem como referencia as diretrizes do Estatuto da Cidade que objetiva uma “gestão democrática por meio da participação da

população na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/01). Assim os trabalhos contemplam modelos colaborativos e instâncias de participação ampliada, como reuniões comunitárias, reuniões de trechos, com as comissões locais de obras, a comissão de saneamento ambiental, e a comissão de composição do Conselho do Parque do Morro da Cruz na execução, formulação e acompanhamento das atividades, organizadas e articuladas institucionalmente pela equipe técnica social da SMHSA com lideranças comunitárias e demais técnicos profissionais.

O Projeto abrange também ações sociais de mobilização e organização comunitária com vistas a desenvolver práticas socioeducativas no que diz respeito à questão sanitária e ambiental, bem como atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, através de oficinas e reuniões comunitárias e interinstitucionais, que tem por finalidade desenvolver uma participação comunitária, sob responsabilidade do trabalho da equipe técnica social envolvida com as ações do programa (SMHSA, 2007).

Com base nessas premissas, o próximo capítulo tratará da ação profissional dos Assistentes Sociais enquanto profissionais capacitados para a execução da política em questão. Serão ainda apresentadas as atribuições e competências previstas para os técnicos sociais a partir das legislações que regem o programa e que orientam a metodologia de trabalho dos profissionais envolvidos.

4 A AÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROJETO DO MACICO DO MORRO DA CRUZ

A fim de destacar as ações que compõem o exercício profissional dos Assistentes Sociais na execução do PAC no Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis, inicialmente far-se-á uma reflexão acerca do aporte teórico que fundamenta a ação deste profissional nos diversos campos de atuação, com base nos parâmetros que orientam o projeto ético político do serviço social.

Partimos do pressuposto de que o serviço social é uma especialização do trabalho coletivo e o assistente social um trabalhador inscrito na divisão social e técnica do trabalho, na sociedade capitalista (GUERRA, 2009). Com base na Lei que regulamenta a profissão nº 8662/93 serão apresentados aportes teórico, técnicos e operativos que regem as atribuições e competências profissionais.

4.1 SERVIÇO SOCIAL: COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Para compreender-se a ação profissional do Serviço Social da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental na execução do Projeto no Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis, faz-se necessário, num primeiro momento, explicitar no que consiste esta ação. Para tanto, é importante considerar que o Serviço Social, dentro de uma concepção sócio-histórica, é entendido como uma especialização do trabalho coletivo e sua materialidade acontecem na concretização de um processo de trabalho que tem como objetivo enfrentar as inúmeras expressões da questão social⁶ (MARTINELLI, 2009, p. 150), logo:

[...] o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho. Sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresas ou instituições governamentais (IMAMAMOTO, 2004, p. 65-64).

A intervenção profissional configura-se como um complexo processo marcado pelos distintos espaços sócio ocupacionais em que se insere e está delimitado pelas relações estruturais presentes na sociedade. Em outras palavras, o assistente social se insere, por meio de sua intervenção, em espaços sociais contraditórios e permeados pelas disputas dos interesses de classes, presentes na vida cotidiana. A profissão, portanto, é perpassada, tanto no eixo operativo quanto na gestão e construção das respostas dadas às demandas da sociedade, por questões que:

[...] ao vender sua força de trabalho em troca de salário, o profissional entrega o seu valor de uso, ou o direito de consumi-lo durante a jornada estabelecida [...] é no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condição de suas ações (na definição de prioridades e na forma de execução), decorrente da natureza de seu tipo de especialização, uma vez que atua junto a indivíduos sociais (IAMAMOTO *apud* BAPTISTA, 2009, p. 17).

A ética profissional se caracteriza como um conjunto de normas e princípios que orientam a prática profissional, as quais perpassam pelos princípios e direitos firmados na constituição de 1988, como também nas atribuições e competências previstas nos artigos 4º e 5º (Anexo B) da Lei n 8.662 de 7 de junho de 1993 (Lei que regulamenta a profissão), no Código

⁶ A questão social é uma questão estrutural do capitalismo e circunscreve um terreno de disputas, pois diz respeito à desigualdade econômica, política e social entre as classes na sociedade capitalista, envolvendo a luta pelo usufruto de bens e serviços socialmente construídos, por direitos sociais e pela cidadania (YASBEK, 2009, p.110)

de Ética do Assistente Social (1993) e as Diretrizes Curriculares que estruturam a formação acadêmica. Vale destacar que, tais regulamentações expressam o projeto ético-político da profissão, que por sua vez é indissociável de um projeto societário, pois se consolida através das determinações históricas sociais da sociedade capitalista (BAPTISTA; 2009).

Guerra (2009) apresenta dois importantes elementos nessa discussão: o primeiro está repousado na conformidade e significados que a profissão desempenha na divisão sócio-técnica do trabalho, nos padrões das políticas sociais, nos espaços sócio ocupacionais e como estas condicionam a sua intervenção. O segundo aborda o Estado, as políticas sociais e as instituições não como blocos homogêneos, mas constituídos de contradições, onde os objetivos, direção política e formas de encaminhar as soluções dos problemas acontecem de forma distinta.

De forma remunerada, o profissional é empregado para atuar na formulação, planejamento e execução de políticas públicas no âmbito das mais variadas manifestações da questão social, principalmente na forma como esta se expressa na vida dos indivíduos sociais constituintes da classe subalterna. Para tanto, as referidas situações demandam aos profissionais projetos de intervenção, e exigem uma postura ética e criativa que ultrapasse as rotinas institucionais e busque apreender o movimento da realidade nas suas mais diversas configurações, para que sejam possíveis de serem transformadas em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO, 2004).

Imersos nesses espaços sócio-ocupacionais, os assistentes sociais assumem o compromisso pela compreensão das políticas públicas enquanto respostas democráticas e de enfrentamento à pobreza, de lutar contra o desmanche de direitos e construir parâmetros capazes de deter a privatização do público, sob a perspectiva de construir a hegemonia das classes trabalhadoras (YASBEK, 2009).

Abreu e Cardoso (2009) destacam que é a partir da inserção do profissional na dinâmica da sociedade e da compreensão dentro desse espaço, que sua ação de cunho sócio educativo vincula-se a mediação das necessidades sociais em contrapartida com os interesses do capital. Assim, as condições que circunscrevem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade (IAMAMOTO, 2006), no sentido de que, o cenário do desenvolvimento capitalista coloca para o serviço social novas demandas e competências. Nesse sentido, o reconhecimento da dinâmica que envolve a realidade, é justamente compreender as expressões da questão social como sendo o objeto do trabalho profissional.

Cabe enfatizar que a ação profissional do assistente social necessita de elementos condicionantes e estruturantes conforme pontuados anteriormente. O Profissional dispõe de uma proximidade empírica e teórico-analítica que o possibilita a se relacionar às diferentes

expressões da questão social, ou seja: da dinâmica da realidade, das necessidades da população e dos movimentos da sociedade, do conjunto de legislação vigentes, das diferentes políticas e programas sociais para que, assim, possa avançar na esfera do campo das políticas sociais.

As aproximações sucessivas à descoberta da realidade visam alcançar, pela via do pensamento, o conhecimento da lógica que constitui a realidade mesma, nos seus componentes essenciais, nas suas diversas características: universais, particulares e singulares, o seu modo de ser e as suas possibilidades de se constituir em outras realidades, de se transformar (GUERRA, 2009, p. 94).

Esse importante exercício vinculado a dimensão do assistente social está presente na própria gestão das políticas sociais e na sua materialização no cotidiano institucional, pois acreditamos que neste contexto estão presentes tanto os mecanismos que geram a contradição e a escamoteia como também, a partir de sua identificação, com a possibilidade de construção de um pensar e agir não convencional “e que se contrapõe a ordem instituída, a reprodução da sociedade que vivemos” (GUERRA, 2009, p. 85).

Acrescido a isso, os meios e os instrumentos que concretizam a ação profissional do Serviço Social fazem parte de um acúmulo de conhecimentos que, por sua vez, estão baseados em bases teórico-metodológicas que contribuem para nortear os rumos estabelecidos pela profissão ao longo de seu processo formativo. Para tanto, a concretização da atividade profissional depende de recursos financeiros previstos nos projetos e programas vinculados as instituições (entre outras), onde o profissional de Serviço Social é contratado para atuar no âmbito das coletivas relações de trabalho institucionais.

Considerando que é no limite das condições institucionais que se efetiva a ação profissional, Iamamoto (2006) considera que a chamada “ação criadora do assistente social”, tem que levar em conta as exigências estabelecidas pela instituição patronal, a qual delimita o campo de suas ações, de acordo com suas diretrizes, objetivos e recursos disponíveis, assim como se responsabiliza pela compra da força de trabalho do profissional de Serviço Social. A autora sinaliza ainda que é função do empregador organizar e atribuir às funções que serão destinadas ao conjunto de assalariados do âmbito institucional, sendo que, embora o assistente social tenha relativa autonomia teórica e técnica para exercer o seu trabalho (enquanto profissional liberal, inserido no mercado de trabalho), os meios e os recursos necessários para a efetivação dos mesmos são de propriedade da instituição empregadora.

Contudo, as exigências de uma postura ética dos profissionais frente a todas as competências que regem a Lei que regulamenta a profissão supracitada fazem parte do cotidiano do exercício profissional em qualquer espaço sócio-ocupacional que atue.

Como fator intrínseco da dimensão política que envolve o papel do assistente social nesses espaços, compreende-se pois, que a intencionalidade profissional está vinculada a sua práxis na medida em que a intenção profissional dirige-se a uma determinada direção ético-política, conforme os referenciais teóricos e metodológicos utilizados por este profissional, no processo de aproximação e conhecimento da realidade. “Não se trata, portanto, de desenvolver um referencial teórico, mas de praticar uma dimensão teórica: de submeter a crítica teórica a abordagem do real, os instrumentos e as técnicas” (BAPTISTA, 2009, p. 30).

Barroco (2006) salienta que é a partir da razão dialética que as particularidades e legalidades da totalidade sócio-histórica são apreendidas, com base na individualidade do sujeito ao posicionar-se no patamar de uma escolha consciente do movimento da realidade em permanente transformação. Nesse âmbito, compreende-se que a metodologia de trabalho utilizadas para a intervenção profissional não são neutras, mas sim escolhas que representam um conjunto de intencionalidades, conhecimentos e experiências que se convertem em princípios, diretrizes e estratégias fundamentais para conduzir uma ação.

Considera-se, pois, que é através da dimensão teórico-metodológica crítica, que podemos, enquanto profissionais, compreender o universo sócio-ocupacional no qual a profissão está inserida, bem como desvendar a dinâmica da realidade em meio à ordem capitalista, haja vista que suas requisições e necessidades, são convertidas em demandas para a prática profissional. Nesse sentido, Guerra (2009) enfatiza que “somente a clareza sobre a natureza e o significado da profissão, o que faz o serviço social, é que nos permite avançar para o que pode e o que deve fazer”.

Com base nessas premissas, os itens apresentados na sequência tratam do exercício do Serviço Social da SMHSA, a partir das diretrizes previstas nos planos e programas que compõem a intervenção profissional no Maciço do Morro da Cruz, definidas pelos financiadores: Ministérios das Cidades e Caixa Econômica Federal.

4.2 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES PREVISTAS PARA O TRABALHO SOCIAL NO PAC

Em 26 de março de 2009, o Ministério das Cidades, sob prescrição do Governo Federal, lançou a Instrução Normativa nº 8 (Anexo C) que regulamenta o trabalho social nas ações e programas geridos pelo ministério das Cidades no PAC, em todo Brasil (IN, n. 8, 2009). Tal normativa, segundo o próprio MCidades, trata:

[...] especificamente do desenvolvimento do trabalho social nos projetos de habitação de interesse social incluídos no PAC. Nela encontram-se a definição de Trabalho Social utilizada pelo Ministério; seus objetivos e diretrizes principais; a metodologia de desenvolvimento do trabalho através das suas fases; temas e conteúdos principais; os itens constitutivos para a elaboração de projetos de Trabalho Social e indica os elementos para o monitoramento e avaliação dos projetos e ou programas (PAZ; TABOADA, 2010, p. 3).

O principal objetivo está centrado em viabilizar:

[...] o exercício da participação cidadã e promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante trabalho educativo, que favoreça a organização da população, a educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem seu acesso ao trabalho e melhoria da renda familiar (MCIDADES, 2009, p. 3).

Os artigos 1 e 2 desta lei, regem sobre a aprovação de instruções específicas para o desenvolvimento do trabalho social em intervenções de provisão habitacional e em intervenções de urbanização de assentamentos precários, determinando atribuições e competências específicas para os técnicos sociais que atuam nesse campo, com o objetivo de orientar a prática profissional desses profissionais na execução da política, cujos objetivos gerais correspondem a:

[...] viabilizar o exercício da participação cidadã e promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante trabalho educativo, que favoreça a organização da população, a educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem seu acesso ao trabalho e melhoria da renda familiar (MCIDADES, anexo I e II, IN n.08, 2009).

Vale referenciar que ambos os artigos supracitados apresentam anexados à normativa, o manual que orienta a execução dos trabalhos nos referidos campos, visando o amparo das ações e/ou programas propostos, através da definição de ações com base em diretrizes, e orientações gerais. As fases de execução dos trabalhos também são explicitadas nos anexos e compreendem três períodos, respectivamente: a primeira fase contempla o planejamento das ações a serem executadas, enquanto que, a segunda fase corresponde ao período de obras, onde são respeitados os períodos de desenvolvimento e conclusão das obras até a mudança dos beneficiários para a nova moradia. A terceira fase é denominada como período de pós-ocupação, quando as obras e os projetos finalizarem, e significa que seu início deve acontecer após a mudança dos beneficiários para a apropriação e manutenção das obras. Nesta fase, prevê-se o período de duração das atividades de 6 (seis) a 12 (doze) meses após a conclusão total das obras do projeto.

Na sequência, abordar-se-á três conteúdos previstos nesta normativa para o desenvolvimento do trabalho social: *Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental e Geração de Trabalho e Renda*⁷. Para tanto, tais ações devem estar baseadas no roteiro técnico descrito para a formulação de projetos, organizando-se com base na seguinte seqüência lógica: identificação do projeto, diagnóstico socioeconômico, justificativa das intervenções propostas, objetivos gerais e específicos do projeto de Trabalho Social, bem como as formas de implementação do mesmo, custos, cronograma de atividades e desembolsos, agentes que compõem a equipe técnica e, por fim a avaliação.

As regulamentações previstas na normativa enfatizam o processo de monitoramento e avaliação da implantação do projeto social, garantindo que esta deve ocorrer durante todo o processo, considerando sempre a visão dos beneficiários, através de seus grupos e representativos da equipe técnica (MCIDADES, IN n. 08, Anexo I e II, 2009, p.10).

Com base nessas premissas, a Caixa Econômica Federal, enquanto instituição responsável pela gerencia dos recursos criou em junho de 2010, com o apoio do Ministério das Cidades, o chamado Caderno de Orientação Técnico Social (COTS – Anexo D), a fim de proporcionar a organicidade das atividades da equipe técnica Social envolvida na execução dos programas de Desenvolvimento Urbano promovidos pelo Governo Federal.

⁷ Para o desenvolvimento do trabalho social nos programas habitacionais, o Ministério das Cidades tem buscado definir diretrizes, orientações, estabelecer normas gerais e definir percentuais de financiamento do trabalho, a partir das experiências adquiridas pelos profissionais em diversos programas habitacionais, especialmente as advindas do Programa Habitar Brasil (criado em 1993), que representou um marco institucional sobre trabalho social em habitação de interesse social através de ações referentes a mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e a geração de trabalho e renda.

Em suma, o referido documento propõe com base na IN n. 08, formas de intervenção de trabalho à equipe social envolvida na execução dos programas e possui a seguinte finalidade:

[...] orientar as equipes técnicas dos Estados, Distrito Federal, Municípios, Entidades Organizadoras/Construtoras e Empresas Credenciadas para o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social nos programas operacionalizados pela Caixa, na área de Desenvolvimento Urbano (CEF, 2010, p. 2).

No referido documento, há significativa preocupação com a participação dos beneficiários na gestão dos projetos propostos, uma vez que, garantem sumariamente a efetivação dos serviços, adequando-se às necessidades e demandas dos grupos sociais envolvidos, além de contribuir para a sustentabilidade do empreendimento. As referidas considerações justificam-se no documento:

A participação comunitária nas intervenções torna os beneficiários mais comprometidos, levando-os a exercerem seus direitos e deveres, propicia a compreensão e a manifestação da população atendida acerca das intervenções, e permite a afirmação da cidadania e transparência na aplicação dos recursos públicos (CEF, 2010, p. 4).

Atuando em sintonia com o desenvolvimento das obras físicas, o trabalho da equipe técnica social deve promover a mobilização e a participação popular através de atividades de cunho sócio educativo, que fortaleçam as bases associativas e que abarquem as três macro-ações previstas na Instrução Normativa supracitada: Geração de Trabalho e Renda, Educação Sanitária e Ambiental e Mobilização e Organização Comunitária.

Para a composição da equipe técnica social na execução dos programas, são autorizados profissionais com formação em Serviço Social, Psicologia, Ciências Sociais/ Sociologia, ou Pedagogia, sendo que para a coordenação da equipe, os profissionais de Serviço Social e/ ou sociólogos recebem prioridade.⁸ Os trabalhos, por sua vez, devem iniciar a partir da identificação da viabilidade social do empreendimento, levantando dados e características sobre o perfil da comunidade em se pretende realizar as atividades propostas, tais como: atendimento aos pré-requisitos do programa; características da área de intervenção, características da população beneficiária e, por fim proposta para a intervenção social.

⁸ Destaca-se que os profissionais que compõem as áreas supracitadas devem apresentar experiência de trabalho realizado na área, comprovada em currículo.

A partir da aprovação, feita pela Caixa Econômica Federal, sobre a situação de viabilidade social apresentada, a equipe é responsabilizada por planejar e elaborar (em conformidade com o projeto de intervenção física), o documento que sistematiza a proposta de intervenção social, denominado Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), para que após uma segunda aprovação iniciem a execução das atividades, conforme o cronograma proposto no PTTS. Cabe ressaltar que as aprovações da Caixa Econômica Federal dos documentos citados acima são relevantes para fins de liberação recursos e repasse dos investimentos.

Com base nas orientações previstas no Caderno destinado para a elaboração do referido PTTS (item dois do COTS), cinco eixos estruturantes norteiam as atividades sociais: Mobilização e Comunicação, Participação Comunitária e Desenvolvimento Sociorganizativo, Empreendedorismo, educação e por último, Remoção e Reassentamento. Ademais, outras 15 macroações contemplam os eixos supracitados, respectivamente: Ações Informativas, Suporte às intervenções físicas, Articulação para Parcerias, Capacitação da Equipe Técnica, Avaliação e Monitoramento, Mobilização e Organização Comunitária, Atividades Sócio Culturais, Geração de Trabalho e Renda, Capacitação Profissional, Educação Ambiental, Sanitária e Patrimonial, Mobilidade Urbana, e por fim, Educação em Saúde e Apoio ao Remanejamento de Famílias.

Ressalta-se que as referidas macroações que compõem os eixos estruturantes do PTTS, embora estejam articulados simultaneamente, apresentam distintas ações e organizam-se de maneira condizente com cada eixo previsto (conforme Anexo II deste trabalho).

Com relação ao processo de elaboração do PTTS, algumas etapas devem ser cumpridas, tais como: de avaliação, visando monitorar o andamento das atividades e o destino das ações previstas na programação contratual; pressupostos das orientações Gerais para a realização das intervenções sociais; apresentação e composição da equipe técnica; licitação em caso de terceirização dos serviços e, finalmente os bens remanescentes adquiridos com recursos do programa em execução (CEF, 2010).

Assim, as atividades previstas no PTTS devem ser sistematizadas em relatórios periódicos de acompanhamento, relatórios finais e anuais quando executadas, de modo a explicitar a periodicidade e as possibilidades e desafios encontrados para o cumprimento de seus objetivos, conforme enfrentados no cotidiano de seu trabalho.

A seguir, será apresentado o Projeto de Trabalho Técnico Social elaborado pela equipe da SMHSA, conforme as premissas norteadoras dos documentos supracitados: a instrução Normativa n.08 e o Caderno de Orientação Técnico Social.

4.3 O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL DEFINIDO PELA SMHSA NO PROJETO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ EM FLORIANÓPOLIS

Foi no ano de 2005, a partir de levantamentos de consultoria, visitas do colegiado municipal e da colaboração de moradores, que as necessidades de infraestrutura das 16 comunidades previstas no projeto do Maciço do Morro da Cruz foram elencadas. Através de uma pesquisa amostral realizada pelo CEPED e da atualização da base cartográfica em outubro de 2007, elaborada pela empresa Iguatemi, foi possível realizar pesquisa socioeconômica, produtiva e fundiária das comunidades do Maciço.

O retrato atualizado das comunidades foram obtidos com base nessa pesquisa que visou registrar todas as famílias a serem beneficiadas pelo projeto através do Cadastro Único do Governo Federal (CadUnico)⁹ em conformidade com o Cadastro Habitacional da Prefeitura de Florianópolis (CadHab)¹⁰.

Considerando que o projeto do Maciço do Morro da Cruz é o eixo comum entre a equipe multidisciplinar que compõe o quadro técnico da SMHSA, houve também a contribuição direta dos demais profissionais na concretização das atividades do Serviço Social. São eles: Engenheiros (Sanitaristas e Cíveis), Arquitetos (as) /Urbanistas, contratadas da limpeza, advogado, motoristas, contabilistas, técnico em edificações e seus respectivos estagiários (as).

Para a execução do trabalho técnico social no projeto estão envolvidos Assistentes Sociais da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, juntamente com a equipe da empresa Ambiental Engenharia, responsável pela execução das atividades de Educação Sanitária e Ambiental (ESA) e Geração de Trabalho e Renda (GTR), conforme relatado na seqüência. Além desses profissionais, o projeto conta também com a atuação de sociólogos e psicólogos responsáveis pela gestão dos recursos oriundos via Caixa Econômica Federal.

Atualmente a SMHSA conta com 09 assistentes sociais e 04 estagiárias que trabalham no PAC do Maciço do Morro da Cruz, sendo que quatro das profissionais foram contratadas,

⁹ O CadUnico é um formulário em papel, fornecido pelo Governo Federal, que deve ser preenchido sob um código, o Código Domiciliar. Estes dados são fornecidos posteriormente para digitação no Sistema de Cadastramento Único ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social. Após este procedimento, os dados são verificados e é fornecido um Número de Identificação Social (NIS) para cada membro da família (IGUATEMI, 2008, p. 3).

¹⁰ O CadHab foi elaborado pela Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA) e tem como objetivo complementar as informações obtidas através do formulário CadUnico. Todos os dados obtidos através do cruzamento dessas informações serão enviados ao Sistema de Georeferenciamento da SMHSA. Dessa forma, todo formulário CadHab possui um código de georeferenciamento que é obtido através de uma base cartográfica (IGUATEMI, 2008, p. 3).

através da Associação Florianópolis de Voluntários (AFLOV) e as demais (05) compõem o quadro técnico da própria Secretaria¹¹.

Os trabalhos da equipe social da SMHSA são executados concomitantemente à execução das obras de infraestrutura previstas nas comunidades, tendo como principal prioridade o acompanhamento social das famílias residentes na região, destacando o papel das comunidades como protagonistas no processo de gestão e execução das mudanças estruturais decorrentes, sejam nas discussões como também nas tomadas de decisões (SMHSA, 2007).

Com base nas premissas apresentadas no Caderno de Orientação Técnico Social - COTS e na Instrução Normativa n. 8/2009, as ações previstas pela SMHSA no plano de trabalho social destinado aos técnicos da SMHSA estão agrupadas nas três macro-ações previstas na Normativa, que são: Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental e Geração de Trabalho e Renda. Tais ações permeiam todo o processo de implantação do Projeto de Intervenção no Maciço do Morro da Cruz, acontecendo de forma gradativa, desde a preparação comunitária para entender e receber as obras, até a avaliação de pós-uso.

A diretriz apresentada na proposta de trabalho técnico social da SMHSA, diz respeito ao:

[...] reconhecimento da realidade local e das demandas comunitárias como balizadores das intervenções, a gestão compartilhada, com a participação das comunidades na condução dos processos de intervenção, bem como, a sustentabilidade dos serviços e ações, desencadeando iniciativas e empreendimentos que se complementam, com vistas ao desenvolvimento social da área (SMHSA, 2007, p. 3).

E suas atribuições conferem:

- Execução direta das ações de campo junto às famílias beneficiárias do programa, como reuniões e plantões sócio-habitacional;
- Acompanhamento das comissões locais de obras;
- Coordenação do processo de concepção, elaboração e distribuição de materiais educativos e informativos com a participação da comunidade;
- Acompanhamento e fortalecimento das entidades e organizações de bairro;
- Desenvolvimento de ações articuladas entre os profissionais do programa, projeto, serviços e componentes da rede pública de intervenções na área;
- Promoção, revisão e aprimoramento constante da sistemática de trabalho adotada e do planejamento operativo das ações;
- Programação bimestral das atividades para o período subsequente, em conjunto com a equipe da SMHSA e demais profissionais envolvidos;
- Articulação de parcerias para execução das atividades e eventos previstos;

¹¹ Vale destacar que segue em tramitação a contratação de uma Assistente Social para a SMHSA, sob contratação da AFLOV, haja vista a necessidade de substituição do quadro profissional na instituição.

- Desenvolvimento das ações de organização comunitária e de mobilização junto à população das comunidades elencadas;
- Interação das suas atividades com as demais macro-ações;
- Elaboração, distribuição e realização de atividades e materiais educativos;
- Elaboração e sistematização de rotinas e documentação, incluindo os relatórios mensais relativos às atividades desenvolvidas;
- Auxiliar no processo de remoção das famílias para as unidades habitacionais (SMHSA, 2007, p. 14-15).

Especificando cada uma das macroações previstas no Termo de referencia referente à *prestação de serviços na execução de trabalhos comunitários de desenvolvimento social, junto ao projeto do Maciço do Morro da Cruz*, as ações de Mobilização e Organização Comunitária (MOC) têm o caráter educativo e organizativo, e suas atividades abordadas pelo Trabalho Técnico Social devem corresponder às seguintes perspectivas: Acompanhamento social de suporte às obras; Ações de capacitação e articulação interinstitucional e Ações sociais de apoio à regularização fundiária. Paralelo a isso, as atividades, ações e eventos de campo que compõe o processo de trabalho, condizem com o contato direto com as comunidades e os diferentes sujeitos que estão envolvidos nesse processo (SMHSA, 2007).

Juntamente com a equipe de coordenação, o processo de trabalho das Assistentes Sociais da SMHSA referentes às atividades de MOC especifica-se da seguinte forma:

- Reuniões comunitárias para interpretação e acompanhamento do projeto;
- Reuniões com equipe técnica (social e engenharia) para discussão e avaliação do desenvolvimento do cronograma de obras e serviços, e repasse das demandas da população surgidas no decorrer da execução do projeto;
- Reuniões sistemáticas com as comissões locais de obras, para monitoramento das ações do projeto;
- Coordenação do processo de concepção, elaboração e distribuição de materiais educativos e informativos com a participação da comunidade;
- Implantação do Plantão Sócio Habitacional nas comunidades;
- Fornecimento de informações aos moradores sobre o andamento do projeto, através de publicações (cartazes, folhetos ou boletins), abordagens individuais, comunitárias e visitas domiciliares, ampliando sempre os canais de comunicação com as comunidades;
- Remanejamento para as novas unidades habitacionais com acompanhamento social e apoio às famílias;
- Abordagem sócio-habitacional às famílias (técnico social e de obras) através de visitas domiciliares;
- Composição de processo administrativo para negociação com cada família contendo laudo de avaliação, ficha de cadastro sócio-econômico, ficha de abordagem social e parecer social;
- Negociação individual com as famílias, incluindo orientação aos beneficiários quanto à documentação, valores de benfeitoria, custos e forma de pagamento da nova unidade habitacional;

- Abordagens para indenizações das benfeitorias (quando a família decidir retornar a cidade de origem e a segunda no caso de abatimento do financiamento);
- Encaminhamento para assinatura do Contrato Habitacional (contrato de compromisso de compra e venda de imóvel popular urbano e/ou contrato de permissão de uso não remunerado);
- Definição do cronograma de mudanças e planejamento de apoio logístico;
- Remoção das famílias beneficiárias para as novas unidades habitacionais ou para habitações temporárias em caso eventual. As habitações novas deverão ser executadas antes do processo de remoção, inclusive do sistema viário, objetivando eliminar a necessidade das famílias serem encaminhadas para unidades provisórias;
- Elaboração de estudo sócio-econômico e parecer social relativo à concessão de benefícios previstos no contrato habitacional.
- Participação e acompanhamento das atividades realizadas pelas demais empresas prestadoras de serviços nas diversas ações do projeto, e em especial aquelas ligadas ao Trabalho Técnico Social;
- Identificação e articulação com entidades que poderão firmar parcerias para agregar valor ao projeto nas áreas de segurança pública, saúde, defesa civil, educação e geração de renda e trabalho;
- Reuniões com lideranças, interlocutores comunitários e com as famílias para discussão da proposta de regularização fundiária;
- Elaboração de materiais informativos sobre o processo de regularização fundiária, com apresentação dos dados obtidos a partir da pesquisa censitária sobre o referido processo;
- Orientação aos beneficiários quanto à documentação necessária para a titulação da propriedade;
- Levantamento das famílias com problemas de documentação e encaminhamento para os órgãos responsáveis pela emissão (SMHSA, 2007, p. 8).

As ações supracitadas evidenciam os trabalhos previstos para o desenvolvimento do trabalho técnico social na medida em que são concretizados e organizados tecnicamente, ou seja, a definição do cronograma de atividades pode ser facilitada através de reuniões periódicas entre a equipe técnica social de trabalho, como também para discutir e propor novas alternativas de intervenção diante da discussão compartilhada referente aos fatores que facilitam e/ou limita o processo de execução das ações previstas.

Tendo em vista a viabilização de mais recursos oriundos do Governo Federal para a complementação do PAC no Maciço do Morro da Cruz, o subprojeto de trabalho técnico social, elaborado em 2009, propõe ações complementares referentes ao deslocamento das famílias para novas áreas habitacionais.

Além disso, o subprojeto voltado para ações complementares propõe a ampliação e o fortalecimento dos canais de comunicação com os moradores, intensificando as publicações periódicas, que por sua vez, são materializadas no chamado Boletim Informativo, como também a inovação de Cartilhas que contenham informações sobre saneamento básico e regularização fundiária.

Para a efetivação das ações sobre a Geração de Trabalho e Renda (GTR), deve ser considerados o perfil produtivo das comunidades, e suas potencialidades locais, com vistas a identificar os núcleos associativos e a demanda por qualificação e aperfeiçoamento profissional existentes na localidade. A partir disso, a construção de novas propostas para implantação de projetos e unidades produtivas atenderá a vocação econômica que correspondem ao perfil da comunidade de acordo com a capacidade de absorção pelo mercado de trabalho.

Já o planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução das atividades, são feitos pelas assistentes sociais da SMHSA em parceria com os técnicos da Ambientalis, empresa prestadora de serviços comunitários contratada pela prefeitura através de processo licitatório.

Nesta perspectiva, as responsabilidades das assistentes sociais definidas pelo gestor sobre as ações de GTR correspondem a:

- Acompanhar a elaboração do perfil das atividades econômicas desenvolvidas e potenciais, da população em idade produtiva nas 16 comunidades;
- Planejar e acompanhar a execução dos seminários de apresentação comunitária do perfil produtivo mapeado;
- Promover a divulgação de cursos e atividades de capacitação profissional promovidos pelos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e outras instituições que desenvolvam projetos de capacitação e geração de renda;
- Monitorar a implantação do espaço de vendas de artesanato no Parque Urbano do Morro da Cruz;
- Planejar e acompanhar a execução dos cursos de qualificação profissional;
- Planejar, acompanhar e avaliar as ações voltadas à geração de trabalho e renda;
- Articular com as Secretarias Estadual e Municipal de Educação, ações de redução do analfabetismo para jovens e adultos (SMHSA, 2007, p. 10-11).

Vale destacar que a implantação do Parque Urbano do Morro da Cruz, representa um importante projeto para a execução das atividades voltadas para a GTR, uma vez que possibilita o desenvolvimento de ações relacionadas ao eco turismo e ao meio ambiente.

Por sua vez, as ações sócio educativas de saneamento ambiental compreendem os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, conforme o acompanhamento de profissionais com formação superior nas áreas de Engenharia Sanitária e Ambiental.

Sob a perspectiva da construção de um espaço urbano mais saudável para os moradores, as ações de educação sanitária e ambiental no trabalho técnico social visam aumentar o nível de salubridade ambiental da área e ampliar a consciência ecológica sobre o ambiente natural e as

condições de vida e saúde, de acordo com a forma como o indivíduo se relaciona com o seu espaço habitacional.

Semelhante ao processo de trabalho previsto nas ações de GTR, a empresa Ambientalís também é responsável por executar as ações educativas de ESA previstas no projeto, em parceria com as técnicas da SMHSA. Desse modo, as atribuições dos profissionais envolvidos nessas atividades são:

- Planejar e acompanhar a execução de atividades educativas como a realização de oficinas, reuniões e eventos nas comunidades;
- Coordenar a elaboração e distribuição de cartilhas e materiais informativos;
- Planejar e acompanhar a execução de atividades lúdicas e educativas de recuperação ambiental;
- Planejar e acompanhar a execução de ações relacionadas ao manejo dos resíduos sólidos e limpeza urbana;
- Planejar e acompanhar a execução de ações de preparação dos moradores para a preservação e manutenção do Parque Urbano do Morro da Cruz (SMHSA, 2007, p. 12-13).

Após o término da implantação das obras físicas de infra-estrutura, atividades de cunho exploratório serão supervisionadas e acompanhadas pelos/as assistentes sociais inseridos/as no projeto, de modo a avaliar e questionar o público alvo sobre a satisfação dos mesmos com o empreendimento. Desse modo, o trabalho técnico social se estenderá por um prazo de mais nove meses, com o intuito de preparar as comunidades para a saída das equipes técnicas da área de intervenção.

Diante disso, o projeto prevê o acompanhamento, monitoramento e suporte às comissões criadas, tais como: a Comissão do Parque, Técnica de Obras, de Saneamento Ambiental, Regularização Elétrica, Regularização Fundiária, e por último a comissão de Saneamento. Além disso, a participação nas reuniões comunitárias, com a Comissão Local de Obras, no Comitê Gestor e nas Reuniões de Trecho, também fazem parte das atividades inseridas no plano de trabalho da equipe técnica social. Essas instâncias configuram-se como espaços estratégicos de legitimidade e viabilidade do projeto, tendo em vista a possibilidade de atuação conjunta com as organizações, representações comunitárias e população.

Assim sendo, vale destacarmos sobre o que confere cada um desses espaços, respectivamente:

- Comitê Gestor: É formado pelas lideranças comunitárias e representantes das diferentes instituições envolvidas no projeto. Mensalmente esses atores reúnem-se em Assembléia Ordinária para compartilhar informações, avaliar o andamento das obras,

opinar sobre a consolidação das ações previstas ou em desenvolvimento, como também deliberar encaminhamentos;

- Comissão Local de Obras: Grupo formado por moradores que tem por finalidade acompanhar de perto o andamento das obras. Periodicamente são realizadas reuniões na comunidade entre os membros da comissão e os técnicos do Projeto com o objetivo de avaliar e planejar o andamento das obras desenvolvidas na localidade;
- Reunião de Trecho: É realizada quando está previsto o início de alguma obra em determinada rua. Sob a perspectiva de garantir o controle social, um grupo de moradores se reúne na comunidade, juntamente com os técnicos do projeto a fim de entender e discutir quais os procedimentos que serão tomados para o seu início;
- Reunião Comunitária: Acontecem periodicamente na comunidade, com o apoio dos integrantes da comissão local de obras, para apresentar a todos os moradores sobre o desenvolvimento do Projeto naquela localidade.

Com base no detalhamento das atividades que envolvem as três macro-ações previstas no plano de trabalho social, nos espaços decisórios, como também nos registros documentais elaborados pela equipe (mais especificamente no relatório final de trabalho técnico social, previsto no COTS), as considerações relatadas a seguir evidenciarão as ações desenvolvidas pelas assistentes sociais da SMHSA no processo implementação dos trabalhos previstos no projeto.

4.4 O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL DA SMHSA NA EXECUÇÃO DO PROJETO: UMA PRIMEIRA SISTEMATIZAÇÃO

As ações desenvolvidas pelas assistentes sociais da SMHSA serão explicitadas nesse momento com base nos documentos de registros elaborados pelos profissionais durante o período de execução do projeto, registros estes que materializam a ação da equipe social e as suas formas de intervenção frente às demandas apresentadas. Tais documentos referem-se aos diários de campo, atas, fotos, registros de avaliação, memórias de reuniões e listas de presença que foram explicitados e quantificados nos relatórios mensais e anuais enviados à Caixa Econômica, nos períodos de março de 2008 a setembro de 2010.

Inicialmente vale explicitar sobre o que consistem os relatórios elaborados pelas técnicas sociais da SMHSA. No período inicial de execução do projeto foram relatadas as atividades que

compunham a implementação do projeto no Maciço, bem como as formas de implementação dos serviços. No desenrolar do período tais registros passaram a explicitar formas de intervenção mais complexas resultando na necessidade de ampliação do quadro profissional da instituição e conseqüentemente na execução de novas estratégias de intervenção, como aquisição de novas parcerias, e por vezes substituição das mesmas. Sistemáticamente explicitaremos as ações desenvolvidas pelas técnicas da SMHSA, conforme os momentos que compreendem a evolução do Projeto de Infraestrutura Urbana no Maciço do Morro da Cruz.

A chegada do projeto para a região do Maciço em Florianópolis representou grandes perspectivas para a população, especialmente para a comunidade local, haja vista a perspectiva de melhorias para as comunidades com as obras de infraestrutura previstas. O trabalho social desde o início acompanhou e participou dos momentos decisivos para a viabilização do repasse de recursos via Governo Federal para a implantação do projeto, segundo os registros consultados. Na fase inicial, as atividades consistiram na divulgação prévia, participação e coordenação de:

- Reuniões específicas com as lideranças de cada comunidade;
- Reuniões comunitárias para a apresentação e discussão da proposta de intervenção local;
- Atendimentos individualizados na sede da secretaria para interpretação do projeto;
- Visitas técnicas às comunidades, em conjunto com engenheiros e arquitetos do projeto;
- Apoio as iniciativas das Associações, na elaboração de ofícios, organização, etc.
- Encontros da Comissão do Lixo;
- Encontros da Comissão do Parque;
- Elaboração do Projeto Social;
- Audiências públicas do Projeto (SMHSA, 2007, p.16).

O trabalho de mobilização dos moradores efetuado pelo trabalho social nesta etapa do projeto consistiu na criação de comissões específicas por comunidade para o acompanhamento das obras e serviços previstos. A partir da divulgação via cartazes, panfletos e abordagens individuais com os moradores, as assistentes sociais participaram da organização e coordenação de reuniões realizadas nas comunidades, com as demais equipes da PMF, para apresentação e interpretação do projeto.

Nesse período foram consolidadas também parcerias com instituições públicas e privadas visando a qualificação e o aprimoramento na intervenção do projeto, como por exemplo: CASAN, CELESC, COMCAP, FLORAM, Secretarias Municipais, Defesa Civil, Polícia Militar,

Corpo de Bombeiros Cooperfloripa, Associação Cultural Escrava Anastácia, Secretaria de Desenvolvimento Regional, UFSC, IFSC, entre outros.

Após o reconhecimento da área em questão, em 2008 iniciaram os trabalhos da empresa Iguatemi para atualizar o retrato das comunidades através da aplicação do cadastro dos moradores (CadUnico e CadHab). Nesse momento a empresa contratou funcionários capacitados para a aplicação dos documentos necessários para a coleta de dados.

Em 20 de março de 2008 foi confirmada a ordem de serviço para dar início às obras de infraestrutura, com prioridade para as comunidades Caeira e Serrinha, contando com a presença de algumas autoridades, dentre elas o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. As referidas comunidades foram elencadas como prioritárias para o início da intervenção da equipe, a partir do diagnóstico efetuado pelas assistentes sociais e engenheiros durante as visitas nas comunidades, haja vista que estas se enquadravam nos critérios de hierarquização estabelecidos pelo projeto, conforme o mapeamento de áreas de risco desenvolvido pelo CEPED em 2006: risco de deslizamento, tempo de ocupação, carência de infraestrutura, população atendida, extensão da área, mobilização comunitária, entre outros.

Após aditivo de prazo ao contrato, a empresa concluiu os trabalhos de cadastramento dos moradores do Maciço em 2009, porém com muitas pendências de documentos ou cadastros não aplicados. Considerando esta etapa fundamental para o fornecimento dos serviços, a equipe social da SMHSA¹² obrigou-se a se responsabilizar pela efetivação dos trabalhos estabelecendo novos padrões e critérios para beneficiarem as famílias, na medida em que as obras nas comunidades foram sendo executadas.

Os problemas cadastrais se evidenciaram quando a instalação dos padrões de energia elétrica foi efetuada pela MGM em março de 2009, sendo estes fornecidos para os moradores do Maciço de acordo com os critérios estabelecidos pela instituição. A necessidade de aplicação dos cadastros pela equipe social da SMHSA deveu-se na mudança dos moradores e alteração de dados documentais. Para tanto, o referido trabalho foi divulgado nas comunidades pela equipe social da SMHSA em reuniões comunitárias, conversa com os moradores e cartazes distribuídos nas comunidades com o objetivo de divulgar a realização da atividade e esclarecer sobre os objetivos do cadastro.

¹² A fim de facilitar a comunicação entre a equipe e os moradores, as comunidades foram divididas entre as assistentes sociais da SMHSA, de acordo com as especificidades de cada região. Essa estratégia concretizou-se em abril de 2009, quando outras cinco assistentes sociais passaram a compor o quadro técnico da instituição para trabalhar no Projeto.

No momento da ação, a equipe se baseou nos procedimentos utilizados pela empresa Iguatemi durante o início do projeto, em 2008. Assim, as aplicações dos cadastros consistiram em:

- Identificar o Código Georeferenciado de cadastramento na base cartográfica;
- Identificar o Responsável Legal pelo domicílio, normalmente a mãe, e descobrir se já possui NIS, que indica que já foi realizado CadUnico;
- Realizar o CadUnico, se necessário, e CadHab;
- Identificar edificações novas, não presentes na base cartográfica e realizar os cadastros correspondentes;
- Identificar códigos georeferenciados que não correspondem à realidade de campo e que serão, posteriormente, excluídos da base cartográfica (PMF, 2008, p. 4).

O perfil da comunidade pode ser traçado a partir da organização dos dados dos moradores no sistema georeferenciado da instituição, denominado Geofloripa. Através do acesso ao sistema é possível identificar também os dados pessoais do morador entrevistado e a sua respectiva residência, conforme registrados em campo.

Desde então, o serviço social acompanha o monitoramento do sistema através de encontros institucionais com as empresas envolvidas: GEOMAIIS e IGUATEMI. Destaca-se, porém que um dos principais desafios enfrentados pela equipe no cotidiano de trabalho é a falta de consistência dos dados no sistema, sendo que em junho de 2008, esses problemas começaram a se destacar nos relatórios como aspectos dificultadores, denunciando a não conclusão dos trabalhos por parte da empresa Geomais, e a impossibilidade de efetuarem o cadastramento do CadHab diretamente no *Palm Top* (aparelho eletrônico utilizado para a captação de fotos das residências e coleta de dados). Tais denúncias intensificam-se ainda mais no desenrolar das atividades, quando é explicitada a morosidade por parte do programa de georreferenciamento em responder as demandas da SMHSA, sendo estes constantemente cobrados pela coordenadora do setor via contatos telefônicos, eletrônicos e em reuniões interinstitucionais.

Antecipadamente a equipe social da SMHSA é responsável por executar o trabalho educativo de sensibilização e divulgação das obras com os moradores nas comunidades sobre as benfeitorias que serão realizadas. Para tanto a equipe recebe o calendário de planejamento das obras com antecedência pelos engenheiros responsáveis, resgatando assim a prática de medição didática junto à comissão local de obras, através de contato com os integrantes da comissão para organização e participação dos encontros.

Durante a fase de execução das obras, entre 2008 e 2010, o trabalho executado pela equipe técnica social tem como base os cinco eixos que estruturam a ação profissional prevista

no COTS: mobilização e comunicação, participação comunitária e desenvolvimento sócio-organizativo, empreendedorismo, educação, remoção e reassentamento, como citadas no tópico anterior.

Os trabalhos referentes à Mobilização e Comunicação, foram efetuados por meio de ações educativas que visam informar os beneficiários sobre os temas referentes à intervenção do trabalho social. As informações sobre o programa, projetos técnicos, andamento das obras e os impactos da intervenção no dia a dia, são prestadas aos beneficiários por meio das orientações técnicas e encaminhamentos realizados através de abordagens individuais “*in loco*”, ou nas dependências da SMHSA de caráter presencial ou telefônico. Destaca-se que como forma de quantificar as demandas, os referidos atendimentos sócio-habitacionais passaram a ser registrados sistematicamente pela equipe a partir do primeiro semestre de 2009, ressaltando a categoria dos atendimentos como também seus dados estatísticos.

O acompanhamento social das obras acontece em cada comunidade, junto aos moradores, demais profissionais da SMHSA e empresas envolvidas, através das reuniões locais e técnicas de obras, visitas e reuniões comunitárias, reuniões de trecho e do comitê gestor, como também através de vistorias, monitoramento e avaliação constante das obras. As assistentes sociais nesses espaços têm como objetivo dar o suporte às obras a fim de garantir a eficácia das ações do projeto, mobilizando os moradores antecipadamente para a abertura de novas frentes de trabalho, através da organização de reuniões na comunidade e principalmente nas reuniões de trecho, para onde está previsto a intervenção. Vale destacar que os meios de comunicação utilizados pela equipe para divulgação desses espaços acontecem por meio de cartazes e panfletos, distribuídos nas comunidades, como também por meio da publicação em um jornal semestral referente ao andamento dos trabalhos do PAC no Maciço, denominado “Boletim Informativo”¹³.

De acordo com os objetivos do projeto, as obras devem ocorrer em consonância com os interesses dos moradores, empreiteiras e prefeitura, portanto, durante as reuniões busca-se enfatizar o papel de cada sujeito envolvido no processo. Em virtude da complexidade do projeto e das dificuldades enfrentadas pela equipe ao gestar as atividades previstas, coube às assistentes sociais atuarem com trabalhos educativos com o viés explicativo sobre as intervenções técnicas e a implantação das obras na comunidade. Tais atividades conferem as ações de mobilização e organização comunitária, uma dimensão relevante.

¹³ O Jornal Boletim Informativo é uma atividade prevista no contrato da empresa Ambientalis. Atualmente tem sido confeccionado a 5. Edição do documento.

Para tanto, o contrato estabelecido com diversas instituições objetiva a efetivação das ações previstas no PPTS, tendo em vista a potencialização e otimização dos recursos previstos, sendo estas a empresa Ambientalís, que atua como responsável pelas atividades de ESA e GTR, e a Iguatemi, pelo cadastro e selagem dos moradores. Ademais, podemos citar a Associação de Bombeiros Comunitários, que com o suporte das assistentes sociais da SMHSA, realizam os projetos de Brigada comunitária e Bombeiros Mirins¹⁴.

É com base nos planos operativos (definidores da metodologia de ação que serão utilizadas pelas empresas contratadas), que a equipe técnica social da SMHSA realiza o monitoramento e avaliação das ações, de acordo com as etapas e os recursos previstos. Após sua aprovação a equipe participa e acompanha os trabalhos, realizando mensalmente reuniões de avaliação e planejamento junto à equipe social da Caixa Econômica Federal, sobre o andamento dos projetos previstos no referido documento.

Assim, a partir do plano operativo elaborado pela empresa Ambientalís, a equipe social da SMHSA responsabiliza-se em acompanhar as atividades referentes às ações de mobilização e organização comunitária, que prevêm a realização de cursos e eventos, como são as oficinas comunitárias de planejamento socioambiental, e o curso sobre capacidades de grupos e líderes locais, efetuados junto à comissão local de obras. No decorrer da execução das atividades nas comunidades, a equipe social acompanhou as reuniões junto aos engenheiros da SMHSA, destacando-se em 2009, quando retomou a importância da capacitação dos participantes das mesmas, junto às técnicas da empresa Ambientalís, na organização de um momento em cada comunidade, para tratar da importância de suas representações.

O empreendedorismo nas comunidades foi buscado pela equipe em questão através de ações voltadas à Geração de Trabalho e Renda. Para tanto, buscou-se o incentivo à utilização de mão de obra local na intervenção física do projeto.

Outra ação de grande destaque foi a divulgação do curso Animando a Cultura da Ilha, promovido pelo SENAI/Florianópolis, sendo este destinado a jovens de 12 a 21 anos para freqüentarem gratuitamente o curso de animação digital. Nesse trabalho a equipe atuou desde a

¹⁴ O objetivo do projeto Bombeiros Mirins e Brigada Comunitária é preparar adultos e crianças das comunidades na prevenção do patrimônio e contenção de acidentes. Em 2010, sob iniciativa do Corpo de Bombeiros, foi realizado em algumas comunidades o projeto Alerta Vermelho, que contou com a presença dos Bombeiros em companhia das assistentes sociais de referencia da prefeitura, para verificar os riscos de incêndio e acidentes domésticos nos domicílios do Maciço. O trabalho das assistentes sociais configurou a organização e coordenação do projeto, por meio das reuniões de planejamento, propiciando também a participação dos moradores no projeto através de visitas e reuniões na comunidade para divulgação, organização, inscrição dos alunos interessados, e monitoramento constante da assiduidade aulas.

etapa de divulgação da atividade, efetivada através de cartazes na comunidade informando sobre o curso e a prorrogação das inscrições, como também no processo de escolha dos participantes, atuando no contato telefônico com candidatos para informações da prova, no acompanhamento e correção das provas e na publicação dos aprovados. Além disso, após início do curso, houve o freqüente contato com os responsáveis da instituição e o monitoramento quanto ao andamento das aulas e ao aprendizado dos alunos.

As ações referentes à geração de trabalho e renda estão previstas também no termo de referencia da Ambientalis Engenharia, principalmente a partir do ano de 2009, quando realizada a reprogramação dos projetos previstos, que são: capacitação projeto cooperativas, Páginas Amarelas¹⁵, curso de viveirismo e curso de monitor de trilhas ecológicas. Também está previsto a apresentação e debates sobre temas referentes à implementação do projeto no Maciço, como são: cooperativa e construção de habitação popular, experiência da cooperativa formada por mulheres na Rocinha/RJ e reaproveitamento de alimentos.

No que confere as ações de educação sanitária e ambiental, houve o acompanhamento da equipe e contato constante com lideranças comunitárias, nas atividades relacionadas à recuperação ambiental, ao manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, bem como atividades e eventos educativos, dentre os quais podemos citar: atividades de arborização mutirão educativo sobre acondicionamento, coleta e separação de lixo, mutirão de limpeza, projeto redescobrimo as nascentes, visitas educativas, encontros temáticos, atividade de preparação dos moradores para preservação e manutenção do parque urbano do Maciço.

Salientamos que as atividades do serviço social obtiveram destaque no segundo semestre de 2008 em resposta às situações de emergência ocorridas pelas intensas chuvas¹⁶. Diante do quadro de mais de 78.000 habitantes desabrigados ou desalojados, o município de Florianópolis decretou situação de emergência, sob o decreto n. 6.324 de 22 de novembro de 2008. Rocha (2009) destaca que através do trabalho multiprofissional, a equipe da SMHSA atuou em resposta e acompanhamento das famílias que sofreram as conseqüências das chuvas, com prioridade aos

¹⁵ Cabe ressaltar que o projeto páginas amarelas foi uma iniciativa da equipe com o intuito de divulgar o comercio local das comunidades através de um boletim informativo, a partir dos dados sobre a prestação de serviços oferecidos pelos moradores. Porém, por unanimidade a equipe decidiu suspender tal projeto haja vista as conseqüências de fiscalização empregatícias ou sanitárias que poderiam acarretar aos moradores.

¹⁶ Sobre esse ponto faremos referencia aos trabalhos de sistematização e dos procedimentos registrados pela assistente social Maria Gabriela da Rocha, quando em 2009 elaborou um documento teórico sobre os dados empíricos enfrentados pela equipe, destacando a importância da sistematização das ações desenvolvidas pela profissão “numa perspectiva de fazer mediações concernentes à redução dos riscos e desastres e suas interações com a questão urbana, refletindo sobre limites e possibilidades do trabalho do Serviço Social frente aos desastres [...]” (p. 10).

moradores do Maciço do Morro da Cruz, haja vista as intervenções já realizadas pela equipe da SMHSA na localidade, através do Projeto de Infraestrutura Habitacional em questão.

Nesse período, as formas de registros utilizadas pela equipe constituíram-se da seguinte maneira: na elaboração do relatório de situação de emergência (contendo neste o parecer técnico da família atingida), registro fotográfico, atas do Comitê Gestor Participativo, mapeamento dos processos, planilha de levantamentos quantitativos das chuvas, relatórios mensais de atividades da equipe técnica social para Caixa Econômica Federal. Tais registros foram realizados com base na participação e promoção da equipe em reuniões inter-setoriais, em visitas domiciliares de avaliação da situação de emergência, sendo estas realizadas com os demais técnicos da SMHSA (engenheiros civis e sanitaristas, arquitetos e estagiários), e por último, atendimentos presenciais e telefônicos “para esclarecimentos sobre reconstrução ou dúvidas relativas ao desastre, a população da cidade interessada” (ROCHA, 2009, p. 20).

Vale ressaltar a efetiva participação da equipe nos espaços de capacitação referentes ao tema, como por exemplo, no curso piloto de prevenção de riscos de desastres denominado “Percepção de Risco – a descoberta de um novo olhar”. Em parceria estabelecida pela Assistente Social da SMHSA com o órgão da Defesa Civil Estadual e com o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o curso foi oferecido às lideranças das comunidades do Maciço como também aos técnicos envolvidos, a fim de possibilitar a identificação de ações preventivas, reduzindo assim a ocorrência de desastres, fator vivenciado pelos participantes, quando ocorreram as chuvas em novembro de 2008, em período posterior a realização do curso. Outro espaço de participação foi no “Workshop de tecnologias para a prevenção de catástrofes naturais em SC”.

Conforme registros nos relatórios mensais a equipe encontrou dificuldades na execução do trabalho quando a situação de emergência decretada no município obrigou o cancelamento de compromissos já estabelecidos pela equipe, para redimensionar as ações para o mapeamento dos danos no Maciço. Além disso, o extenso período das chuvas no período de novembro de 2008 causou atraso nas obras, principalmente no que se refere à aplicação dos cadastros sociais, na transferência, e por vezes no cancelamento de eventos comunitários.

Com relação aos encaminhamentos destinados às famílias, houve demora no repasse de recursos financeiros para responder as famílias vítimas das enchentes de novembro, exigindo desse modo, respostas práticas por parte da equipe. Destaca-se que para este fim, as famílias foram beneficiadas com o recebimento do auxílio-reação pelo período de seis meses. Com o vencimento do prazo previsto, a equipe da SMHSA, organizada em uma “força tarefa”

desdobrou-se, para solucionar os problemas, estabelecendo novas parceria com a equipe da SEMAS, na busca e articulação institucional pelo auxílio aluguel e alternativas definitivas de novas moradias para essas famílias.

Nesse sentido, a etapa final do projeto consiste na regularização jurídica dos lotes. Para isso o Serviço Social tem acompanhado o levantamento topográfico e a selagem dos imóveis já concretizados nas comunidades: Serrinha, Alto Caeira, Penitenciaria e Morro do 25, sendo realizada inicialmente na comunidade da Serrinha, haja vista o avanço do processo de implementação das obras.

A equipe também organizou três encontros de capacitação, ministrado pelo Procurador do município, a fim proporcionar maiores esclarecimentos sobre esse processo que se inicia. Tais encontros possibilitam à equipe capacidade de responder tecnicamente os questionamentos levantados pelos moradores haja vista que:

A falta de informação está gerando inquietações e/ou expectativas por parte dos moradores que não estão cadastrados, proprietários de terrenos e donos de mais de um imóvel, tendo em vista que a instituição ainda não tem respostas a todos os questionamentos da comunidade, uma vez que o processo de regularização fundiária está no início com a etapa de cadastramento físico e selagem das casas (SMHSA, 2009, p. 3).

A complexidade das ações, no entanto configuraram diversos fatores que limitam de forma significativa a implementação efetiva do projeto. Conforme ata da 44º reunião do Comitê Gestor, redigida em 10 de março de 2009, podemos citar uma das avaliações feitas pelo engenheiro da SMHSA, dos meses correspondentes ao segundo semestre de 2008 e ao primeiro de 2009:

[...] os ritmos das obras ainda não atingiram o esperado e isso ocorreu devido a diversos fatores, entre eles: atraso no processo de licitação das obras de água e esgoto por parte da CASAN, o que prejudicou o andamento das obras por parte da SETEP, principalmente na pavimentação. As fortes chuvas que assolaram o município no segundo semestre de 2008, que além de impedirem o andamento das obras, desviaram as atenções para situações emergências. A Empresa SETEP nesse primeiro ano de execução alterou sua equipe gestora três vezes. Desabafou que tais questões deveriam ser discutidas no comitê gestor, como definição de metas e estratégias de trabalho, contudo as lideranças somente conseguem perceber a sua comunidade, não enxergam o projeto como um todo e os encontros acabam sendo mais reclamações do que discussões, em sua opinião o Comitê Gestor está distorcido (SMHSA, 2009, p.11).

Como estratégias de enfrentamento e/ou aperfeiçoamento das ações, quinzenalmente a equipe se reúne nas dependências da SMHSA onde se discute e avalia a metodologia do trabalho técnico social frente às especificidades relatadas pelos técnicos em cada realidade vivenciada no cotidiano profissional. A participação de boa parte das técnicas no curso à distancia promovido pelo Ministério das Cidades sobre o Trabalho Social em programas e projetos de Habitação de Interesse Social, tem oportunizado reflexões coletivas sobre o projeto e a troca de experiências.

Destacamos aqui, o fortalecimento da equipe durante as etapas e os desafios que configuram as ações do projeto executado no Maciço do Morro da Cruz. Assim adquirem grande destaque quanto aos trabalhos realizados junto aos moradores e as lideranças das comunidades, sendo explicitado especialmente na 31ª reunião do Comitê Gestor, ocorrida em agosto de 2010 quando os próprios representantes das comunidades enfatizaram a necessidade do trabalho social ser explanado pela equipe, como também ser incluído como um ponto de pauta da reunião.

É, portanto, através dos atendimentos, orientações técnicas, observação e escuta qualificada que o trabalho social concretiza suas ações na medida em que propicia a participação dos moradores, na adesão do projeto através de ações que visam a construção do coletivo, proporcionando assim, uma interação da proposta governamental em consonância com os interesses da população, estimulando a democracia participativa e o controle social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, no primeiro momento deste trabalho contextualizar as políticas governamentais do Brasil através de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, a fim de compreender a conjuntura política de inserção do Programa de Aceleração do Crescimento na formação sócio-histórica das cidades Brasileiras, especialmente nas cidades e na capital catarinense, região na qual acontece a experiência relatada nesse trabalho.

Para tanto, inicia-se com a conjuntura política do governo Lula, resgatando brevemente a formação histórica do modelo de proteção social, especialmente a partir da década de 1990, quando o processo de execução das políticas sociais, sob o ideário neoliberal se intensificam e fomentam a conjuntura política nacional atualmente.

Em meio a essa conjuntura, explicita-se a inserção do programa de Aceleração do crescimento (PAC) e os projetos que compreendem a sua efetivação por todo país. Em sua complexidade, evidencia-se que, esse programa preocupa-se com a precariedade existente nas comunidades em todos os aspectos que envolvem condições mínimas de sobrevivência, na medida em que os habitantes destas localidades possam se inserir na estrutura da cidade formal.

Ao abordar as referidas considerações a respeito da conjuntura nacional e da efetivação do programa nacionalmente, foi possível constatar o grande acúmulo de informações estatísticas levantadas sobre o programa em diversas referências governamentais e sites *on line*. Por outro lado a ausência de registros bibliográficos e uma análise reflexiva a respeito da inserção dos profissionais, da população e da conjuntura política nacional do período de execução dos projetos dificultaram à elaboração consistente dos dados, evidenciando-se a necessidade de registros que visem à socialização reflexiva das informações e dos registros profissionais que relatem o desenvolvimento dos projetos inseridos no PAC, como também a amplitude dos investimentos públicos previstos e a complexidade das ações, envolvendo a destinação dos recursos e a efetivação das propostas, com vistas à garantia da participação popular nos espaços decisórios.

Entendendo o PAC como um programa de cunho macroeconômico, destinado a diversas cidades brasileiras e que envolve uma grande fonte de recursos e investimentos, explicita-se a responsabilidade dos sujeitos envolvidos enquanto partícipes do processo de efetivação das propostas, compreendo-as enquanto políticas sociais inseridas na dinâmica da sociedade capitalista e a complexidade dos fatores que envolvem sua execução, tendo em vista o favorecimento de diversos interesses políticos que envolvem a implementação de melhorias

sociais, como os projetos de infraestrutura urbana em questão, que visam favorecer o crescimento econômico do país através do acesso a cidade formal.

No segundo momento, destacaram-se as atribuições e competências que estruturam as ações do Serviço Social, com base na dimensão ética e política que envolve o projeto da profissão, como também as normas e diretrizes que competem às ações dos trabalhadores sociais envolvidos na execução dos programas de Desenvolvimento Urbano, oriundos do Governo Federal.

Tratou-se de uma primeira sistematização das ações desenvolvidas por estes profissionais, tendo em vista a possibilidade de uma continuação reflexiva referente aos aspectos facilitadores e dificultadores do trabalho executado evidenciados nos instrumentos de avaliação utilizados pela equipe técnica social, fazendo uma comparação a respeito das ações previstas no projeto e o que foi possível realizar no período de implantação do projeto, diante dos aspectos burocráticos, como também no papel articulador que desempenha as assistentes sociais nesse campo sócio ocupacional, seja na dinâmica institucional como na relação com os moradores das comunidades no processo de apropriação e adesão ao projeto.

Registrou-se ainda nesta segunda seção, as ações desenvolvidas pelos profissionais de Serviço Social da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental da prefeitura de Florianópolis (SMHSA), principalmente no que confere a gestão do programa, na dinâmica multiprofissional e no contato direto com a população beneficiária, a partir dos desafios e aspectos facilitadores que compreendem o cotidiano do exercício profissional que, muitas vezes, conflitam com o projeto ético político da profissão.

Frente a esse quadro, podemos identificar que diversos são os fatores que limitam a ação profissional da equipe técnica da SMHSA ao atuar seja nas demandas cotidianas como também nas questões emergenciais, pela ausência de um plano emergência entre os diversos setores da PMF. A morosidade das famílias em obterem respostas quanto à construção da nova moradia, prevalece ainda no corrente ano, onde a equipe Força Tarefa da SMHSA tem acompanhado os desdobramentos decorrentes dos encaminhamentos realizados através dos registros até então elaborados.

Acrescido a isso, a estrutura institucional também dificulta o desempenho do trabalho profissional, tendo em vista o insuficiente quadro da equipe técnica no período de aproximadamente dois anos após o início das atividades. A partir da contratação das técnicas o espaço físico do ambiente de trabalho encontrou-se inadequado, seja pela morosidade para a aquisição dos equipamentos de informática, como aos problemas com a rede de informática,

atrasando a elaboração de documentos, extraviando alguns dados, além da precariedade das máquinas já existentes impossibilitando o manuseio dos equipamentos por um longo período.

Embora o Projeto tenha sido divulgado nas comunidades desde o início e tenha contado com a participação da população, principalmente através da articulação com as Associações de Moradores, ainda há resistência em relação a algumas ações do Projeto, normalmente quando não são informados previamente. Entre estas, principalmente sobre as intervenções que incluem o pagamento mensal de tarifas, visto que estas normalmente causam transtornos no cotidiano dos moradores, tornando-se fundamental o esclarecimento dos moradores sobre todas as ações do Projeto. Ao se entender que as mesmas trarão benefícios à comunidade como um todo, reduzem-se as possibilidades de conflitos.

Compreende-se que, para pensar o projeto profissional nessa direção, é necessário que o assistente social consiga reconhecer as condições macro-societárias que tecem o terreno sócio-histórico exercido pela profissão, seus limites e possibilidades, que vão além da vontade do sujeito individual, bem como, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo – apoiado em fundamentos teóricos e metodológicos – de parte dos agentes profissionais nesse contexto. A competência para propor, para negociar com a Instituição, defender sua autonomia de trabalho, atribuições e qualificações profissionais, requer ir além das rotinas institucionais, buscando aprender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização Social e práticas educativas. In: **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O governo Lula e a desertificação neoliberal no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://resistir.info/brasil/r_antunes_jan05.html>. Acessado em: 18 de ago. 2010.

ATLAS. **ATLAS de desenvolvimento humano no brasil**. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

BAPTISTA, Myrian Veras. Prática social/ prática profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. In: **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. Vol.1. São Paulo: Veras, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BATTTINI, Odária. Atitude investigativa e prática profissional. In: **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. Vol.1. São Paulo: Veras, 2009.

BELA SANTA CATARINA. Portal de turismo e negócios de Santa Catarina. **Governo lança o Plano Catarinense de Desenvolvimento - 2007/2015**. Santa Catarina, 18 mai. 2006. Disponível em: <<http://www.belasantacatarina.com.br/noticias/2006/05/18/Governo-lanca-o-Plano-Catarinense-de-Desenvolvimento---2007-2015-1654.html>>. Acessado em: 12 set. 2010.

BRASIL. **Lei 10.24/2001**. Estatuto da Cidade. Brasília. 2001.

_____. **Lei nº 11.578**, 26 de novembro de 2007. Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH nos exercícios de 2007 e 2008. Mensagem de Veto. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 27 nov., 2007.

_____. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010. Apresentação para a Comissão de assuntos econômicos e de infra-estrutura do senado federal. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r130307.pdf>. Acessado em: 15 ago. 2010.

_____. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. Cadernos MCidades Habitação. 2004.

_____. _____. **Presidente dá início às obras do PAC em Florianópolis (SC)**. Março, 2008. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/noticias/presidente-da-inicio-a-obras-do-pac-em-florianopolis-sc/>. Acessado em: 12 set. 2010.

_____. _____. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/biblioteca/ApresPACmiriamcidades.ppt>. Acessado em: 24 ago. 2010.

_____. _____. **Urbanização de Favelas: experiência do PAC**. Secretaria Nacional de Habitação. 2008.

_____. _____. **Instrução Normativa n. 08**. 7/abr/2009.

_____. _____. **Portaria nº 411**. 28 ago, 2008

_____. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CFESS)**. Aprovado em 15 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas resoluções CFESS n. 290/94 e 293/94. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. Ministério do Planejamento. **O monitoramento intensivo e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/prodev/arquivos/prodev_ARQ_Rafael_18nov.pdf. Acessado em: 15 ago. 2010.

_____. Ministério dos Transportes. **O plano nacional de logística e transporte – PNLT e os impactos no PAC e no comércio exterior brasileiro**. 2007.

_____. Regulamentação da Profissão. **Lei n. 8662** de 7 de junho de 1993. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf. Acesso em: 12 out. 2010.

BRAVO, Maria Inês. O trabalho do Assistente Social nas instancias publicas de controle democrático. In: **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

BRAZ, Marcelo. O PAC e o Serviço Social: Crescimento para que e para quem? **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano XXVI, n. 91, p.49-61, 2007.

CEF. Caixa Econômica Federal. **Caderno de Orientação Técnico Social - COTS**. Jun/ 2010.

_____. _____. Programa Habitar Brasil BID. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/federal/lista_completa_programas/programa_habitar_brasil.asp#. Acessado em: 17 dez. 2010.

CAMPOS, Renato Ramos et al. **Caracterização, análise e sugestões para adensamento das**

políticas de apoio a APLs implementadas: o caso do estado de Santa Catarina. Projeto análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no sul, sudeste e centro-oeste do Brasil. RedeSist, 2010.

CEPED. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPED/UFSC). **Treinamento de técnicos municipais para mapeamento e gerenciamento de áreas urbanas com risco de escorregamentos, enchentes e inundações no Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, 2004.

CONTAS ABERTAS. Programa de Aceleração do Crescimento. 10º Balanço, 2010.

Disponível em:

<http://contasabertas.uol.com.br/website/noticias/arquivos/236_PAC%20Habitação%20%2010%20Balanço.pdf>. Acessado em: 30 ago. 2010.

CRESS-PR. Conselho Regional de Serviço Social do Paraná. **Legislação social, cidadania, políticas públicas e exercício profissional.** 2. ed. atual. Curitiba (PR): CFESS 11. Região, 2007.

DRAIBE, Sonia Mirian. **O Welfare State no Brasil:** características e perspectivas. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. N.8, 1993. Cadernos de Pesquisas, p. 13-41.

FLORIANOPOLIS. SMHSA - Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Projeto maciço do morro da cruz/PAC.** Ação: Trabalho Técnico Social. AFLOV. 2008

_____. _____. **Projetos e Ações no Maciço do Morro da Cruz.** Florianópolis: SMHSA, Março/2008. 22 slides, color. Acompanha texto.

_____. _____. **Obras no maciço do morro da cruz.** Disponível em:

<<http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao>>. Acessado em 10 set. 2010.

_____. _____. **Sub-projeto de trabalho técnico social.** Ações Complementares. Florianópolis: SMHSA, 2009.

_____. Prefeitura Municipal. **Plano de trabalho do programa de aceleração do crescimento:** projeto maciço morro da cruz. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, 2007.

FOLHA.COM. Divisão de verbas do PAC, privilegia capitais do PT. **Folha online.** 10 dez.

2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u353294.shtml>>.

Acessado em: 16 ago. 2010.

GONÇALVES, Reinaldo. **Entrevista:** Reinaldo Gonçalves. 2006. Disponível em:

<<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes->

anteriores/entrevista-reinaldo-goncalves>. Acessado em 16 ago. 2010.

GUERRA, Yolanda. O conhecimento crítico a reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: **Prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. Vol.1. São Paulo: Veras, 2009.

_____. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 62, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/default.shtm>>. Acessado em: 1 out. 2010.

INSTITUTO DA CIDADANIA (Brasil). **Quem somos**. Disponível em <<http://www.institutocidadania.org.br>>. Acesso: 21 de set.2010.

KLEBER, Leandro. **PAC habitação: somente 5% das obras foram construídas. Contas Abertas**. 2010. Disponível em: <<http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=236>>. Acessado em: 16 ago. 2010.

LEITE, José Correa. **Entrevista: Reinaldo Gonçalves**. Teoria e Debate, 2006. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antteriores/entrevista-reinaldo-goncalves>>. Acessado em: 10 ago. 2010.

MACHADO, Ewerton Vieira. A inserção de Florianópolis na Formação Socioespacial Brasileira Contemporânea. In: **Território brasileiro: usos e abusos**. 1 ed. Campinas: Edição Territorial, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Sentido e direcionalidade da ação profissional: projeto ético-político em serviço social. In: **A prática profissional do assistente social**. 2009, p.149-158.

MATTEI, Lauro; LINS, Hoyedo Nunes. A sócio-economia catarinense no linear do século XXI. **Semana Acadêmica de Economia**. UFSC, 2010.

MATTOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília CFESS/ ABEPSS, 2009. p,

513- 530.

MIOTO, Regina Célia. Estudos Socioeconomicos. In: **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. p, 481-496.

MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. p, 498-512.

MIRANDA, Rogério. **O crescimento das favelas em Florianópolis de 1987 a 2007**. Florianópolis, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso Pós-Graduação em gerenciamento de projetos. Faculdade de Tecnologia do SENAI. Florianópolis, 2009.

NOTICIA COMPLETA. Informação e Entretenimento. **PAC vai ajudar reconstrução de Santa Catarina**. Santa Catarina. 06 Fev. 2009. Disponível em: <<http://www.noticiacompleta.com/noticias/4277/pac-vai-ajudar-reconstrucao-de-santa-catarina/>>. Acessado em 12 set. 2010.

NOTÍCIAS R7. **Saiba as diferenças entre o PAC 1 e o PAC 2**. 2010. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/saiba-as-diferencas-entre-o-pac-1-e-o-pac-2>>. Acessado em 30 ago. 2010.

OGLOBO. TCU recomenda paralisação de 41 obras, sendo 13 do PAC. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/09/29/tcu-recomenda-paralisacao-de-41-obras-sendo-13-do-pac-paulo-bernardo-critica-tribunal-767823373.asp>>. Acesso: 12 set. 2010. Relatório publicado em: 30 set. 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto; MATTEI, Lauro. Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI. **Revista Textos & Contextos** Porto Alegre v. 8 n.2 p. 175-194. jul./dez. 2009.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Diretrizes do ministério das cidades para o trabalho social**. Curso à distancia trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social, módulo III. 2010.

PEREIRA. Potyara. A. P. **Política social: temas & questões**. 2. Ed. São Paulo. Cortez, 2009.

PIACENTINI, Graciano Pedro. **Políticas sociais e controle social – o processo de implementação do programa de aceleração do crescimento (PAC) no maciço do morro da cruz de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFSC, 2008.

PMF. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental de Florianópolis. **PAC complementar**, Florianópolis, 2009.

_____. **5. Relatório referente ao período 3/10/2008 a 5/11/2008**. Cadastramento censitário

nas 16 comunidades no Maciço do Morro da Cruz. Iguatemi, 2008.

_____. **Relatórios de acompanhamento do trabalho técnico social:** projeto maciço do morro da cruz. Florianópolis, 2008, 2009 e 2010.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Brasil). Atlas do desenvolvimento Humano. **Intensidade da pobreza**, municípios de Santa Catarina, 2000.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina:** Os anos 90. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

ROCHA, Maria Gabriela da. **Serviço social, desastres e suas interações com a questão urbana – Relato de uma experiência.** Trabalho de Conclusão de Curso, UFSC, 2009.

ROLNIK, Raquel. Acesso ao solo urbano: limites e possibilidades. In: **Acesso à terra urbanizada:** implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis (SC), MCidades, 2008. p. 22-48.

SALVATTI, Ideli. Programa de Aceleração do Crescimento. **PAC Santa Catarina – Balanço 2 anos.** 2010.

SANTA CATARINA, Secretaria do Estado de Planejamento. **Masterplan.** Santa Catarina, 2009. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/masterplan.php>>. Acessado em: 12 set. 2010.

SERAFIM, Mauricio et al. **Apresentação e avaliação de Programa de Aceleração do Crescimento, como política pública.** Disciplina: Teoria e prática de Administração de Serviços Públicos. UDESC, 2008.

SILVA, Fabiana de Macedo Soares. **A gestão participativa do projeto maciço do morro da cruz:** um estudo de caso. Instituto Tecnológico e Educacional (ITECNE). Jun.2010. Trabalho não Publicado.

SOUZA, Claudia Virginia; DEMALDI, Rosana; ROSA, Junia Santa. Acesso à moradia: aula 5. In: **Acesso à terra urbanizada:** implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis (SC), MCidades, 2008. p, 131-159.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: **Serviço social:** direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. p, 553-574.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do serviço social:** cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

WEISHAUPT, Jean Robert. **As funções sócio institucionais do serviço social.** 2. ed. São

Paulo: Cortez, 1998.

YAZBEK, M. C. O Serviço Social e a Construção dos direitos sociais. In: **A prática profissional do assistente social**. Vol.1. São Paulo: Veras, 2009.

ANEXOS

ANEXO A – CONTAS ABERTAS

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) - 2007-2010 / PÓS 2010
ESTÁGIO DAS OBRAS DE HABITAÇÃO ATÉ ABRIL DE 2010 - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (10º BALANÇO)

Estado	Em Contratação	Não Contratado	Ação Preparatória	Licitação	Em Obra / Execução	Concluída	Total	Obras Concluídas / Total (%)	Investimento previsto até e pós 2010		
									Urbanização e Produção Habitacional	Empréstimo para Pessoa Física	Investimento Total
Acre	0	1	11	1	22	6	41	15%	99.000.000,00	119.200.000,00	99.000.000,00
Alagoas	0	2	32	4	22	2	62	3%	241.800.000,00	938.200.000,00	241.800.000,00
Amapá	0	0	9	2	1	1	13	8%	43.700.000,00	43.000.000,00	43.700.000,00
Amazonas	0	0	5	24	25	4	58	7%	370.400.000,00	1.500.000.000,00	370.400.000,00
Bahia	0	8	185	28	95	4	320	1%	623.800.000,00	6.500.000.000,00	623.800.000,00
Ceará	0	6	84	83	90	2	245	1%	703.700.000,00	2.000.000.000,00	703.700.000,00
Distrito Federal	0	0	2	2	8	2	12	17%	452.300.000,00	5.500.000.000,00	452.300.000,00
Espírito Santo	0	2	28	9	19	3	59	5%	285.000.000,00	2.700.000.000,00	285.000.000,00
Goiás	0	10	84	38	47	8	187	4%	329.800.000,00	4.500.000.000,00	329.800.000,00
Maranhão	0	5	43	28	45	6	127	5%	492.100.000,00	1.800.000.000,00	492.100.000,00
Mato Grosso	0	3	14	6	39	7	69	10%	131.800.000,00	1.700.000.000,00	131.800.000,00
Mato Grosso do Sul	0	7	38	13	42	12	110	11%	188.500.000,00	1.500.000.000,00	188.500.000,00
Minas Gerais	0	18	113	70	113	12	328	4%	2.300.000.000,00	13.000.000.000,00	2.300.000.000,00
Pará	0	16	49	16	82	3	148	2%	1.100.000.000,00	1.700.000.000,00	1.100.000.000,00
Paraíba	0	3	75	20	71	2	171	1%	159.100.000,00	1.100.000.000,00	159.100.000,00
Paraná	0	10	87	10	119	25	231	11%	540.700.000,00	8.800.000.000,00	540.700.000,00
Pernambuco	0	13	71	50	98	5	237	2%	942.200.000,00	2.700.000.000,00	942.200.000,00
Piauí	0	11	53	5	37	5	111	5%	383.500.000,00	595.000.000,00	383.500.000,00
Rio de Janeiro	0	25	82	46	82	2	237	1%	2.900.000.000,00	15.400.000.000,00	2.900.000.000,00
Rio Grande do Norte	0	8	15	12	34	5	74	7%	151.400.000,00	1.200.000.000,00	151.400.000,00
Rio Grande do Sul	0	11	102	28	99	38	278	14%	757.500.000,00	11.000.000.000,00	757.500.000,00
Rondônia	0	3	14	8	33	3	61	5%	250.200.000,00	825.900.000,00	250.200.000,00
Roraima	0	0	6	1	10	3	20	15%	82.700.000,00	94.700.000,00	82.700.000,00
Santa Catarina	0	40	77	27	80	17	241	7%	404.200.000,00	5.100.000.000,00	404.200.000,00
São Paulo	0	45	175	48	227	38	533	7%	4.900.000.000,00	85.000.000.000,00	4.900.000.000,00
Sergipe	0	5	25	6	24	2	62	3%	227.400.000,00	1.800.000.000,00	227.400.000,00
Tocantins	0	8	34	25	40	10	117	9%	313.100.000,00	383.800.000,00	313.100.000,00
Total	0	260	1489	588	1582	227	4146	5%	19.311.300.000,00	157.277.800.000,00	19.311.300.000,00

Fonte: 10º Balanço do PAC, elaborado pelo comitê gestor do programa

ANEXO B – ARTIGOS 4º E 5º DA LEI 8.662/93

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO
LEI N° 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993

Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

- XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

ANEXO C - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8



MINISTÉRIO DAS CIDADES

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 26 DE MARÇO DE 2009

(Publicada no DOU, em 07/04/08 – seção 1, pág. 42)

Regulamenta o trabalho social executado em intervenções de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos precários das Ações e Programas geridos pelo Ministério das Cidades.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições legais e considerando o art. 14, da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, o art. 4º, do Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006, e considerando o art. 6º, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, art. 66, do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, resolve:

Art. 1º Aprovar instruções específicas para desenvolvimento do trabalho social em intervenções de provisão habitacional, na forma do Anexo I desta Instrução Normativa, das Ações e Programas a seguir especificados:

- a) Programa Habitação de Interesse Social – Ação Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - HIS/FNHIS; e
- b) Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA – Modalidade Produção de Conjuntos Habitacionais.

Art. 2º Aprovar instruções específicas para desenvolvimento do trabalho social em intervenções de urbanização de assentamentos precários, na forma do Anexo II desta Instrução Normativa, das Ações e Programas a seguir especificados:

- a) Programa Urbanização Regularização e Integração de Assentamentos Precários - Ação Urbanização de Assentamentos Precários - Projetos Prioritários de Investimentos – PPI – Intervenção em Favela;
- b) Programa Urbanização Regularização e Integração de Assentamentos Precários - Ação Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil habitantes - Projetos Prioritários de Investimentos – PPI – Intervenção em Favela;
- c) Programa Urbanização Regularização e Integração de Assentamentos Precários - Ação Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - UAP/FNHIS;

- d) Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA – Modalidade Urbanização de Assentamentos Precários; e
- e) Projetos Multisetoriais Integrados – PMI.

Parágrafo único. Os Anexos I e II encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do Ministério das Cidades: www.cidades.gov.br

Art. 3º O disposto nesta Instrução Normativa aplica-se, no que couber, aos Termos de Compromisso, Contratos de Repasse e Financiamento formalizados anteriormente a sua vigência.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Instrução Normativa nº 50, de 6 de novembro de 2008.

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

ANEXO D - COTS

COTS

Caderno de Orientação

Técnica Social

Programas Setor Público

APRESENTAÇÃO

O presente Caderno de Orientação Técnica Social – **COTS** - foi elaborado com a finalidade de orientar as entidades executoras dos Estados, Distrito Federal e Municípios para o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social nos programas com repasses financeiros do Orçamento Geral da União – **OGU**, sob gestão do Ministério das Cidades: Morar Melhor, Infra-Estrutura Urbana, Saneamento é Vida e Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, bem como os Programas com Recursos do **FGTS**, Pró-Moradia e Pró-Saneamento.

Nesses programas a CAIXA é o agente operador e tem a como atribuição analisar o Projeto de Trabalho Técnico Social, acompanhar, atestar e avaliar sua execução.

Estas orientações tem por objetivo orientar as ações Técnicas Sociais, desde a concepção do projeto até a etapa posterior à conclusão das obras.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
INTRODUÇÃO	4
A ANÁLISE DA VIABILIDADE SOCIAL DO EMPREENDIMENTO	4
O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL	5
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL	5
ETAPAS DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NOS PROGRAMAS OPERACIONALIZADOS PELA CAIXA	9
DOCUMENTAÇÃO	15
RECOMENDAÇÕES	16
INFORMAÇÕES ÚTEIS	17
FONTES CONSULTADAS	18
ANEXOS	19
PROPOSTA PRELIMINAR PARA ANÁLISE DE VIABILIDADE SOCIAL	19
PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL	21
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL	25
RELATÓRIO FINAL DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL	28

INTRODUÇÃO

Nos Programas de Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Infra-estrutura – operacionalizados pela CAIXA e especialmente naqueles destinados à população de baixa renda, o componente social apresenta-se como contribuição indispensável à sustentabilidade e ao sucesso dos projetos, que decorrem não só da execução das obras, mas, principalmente, do envolvimento da população beneficiária.

A Participação Comunitária nos processos de decisão, implantação e manutenção do empreendimento, compromete os beneficiários, levando-os a exercerem seus direitos e deveres, propicia a manifestação da população atendida para a produção de intervenções adequadas às suas necessidades e realidade sócio-cultural, permitindo também transparência e afirmação da cidadania.

Além do mais, a realização do Trabalho Técnico Social favorece a correta apropriação e uso dos sistemas/melhorias implantados, por meio de atividades de caráter informativo e educativo, buscando a mobilização e a participação social através da difusão de informações, do estabelecimento de canais de comunicação, da instituição e/ou fortalecimento de bases associativas, bem como da melhoria econômico-financeira da comunidade, por meio de ações direcionadas à geração de renda, bem como atividades que possibilitem a disseminação de informações referentes à educação sanitária e ambiental.

A ANÁLISE DA VIABILIDADE SOCIAL DO EMPREENDIMENTO

Para os Programas Pró-Moradia e Pró-Saneamento o proponente deve apresentar a Proposta Preliminar para Análise de Viabilidade Social, [Modelo I](#) quando solicitado pela GIDUR/REDUR, visando a complementação das informações contidas na Carta de Intenção, contemplando os itens a seguir:

- características sociais e econômicas do Município;
- identificação da área de intervenção e do seu entorno, com referência às suas características físicas e urbanísticas;
- em se tratando do PRÓ-MORADIA, nos casos de remanejamento/reassentamento; identificação também da área remanescente (se houver)
- identificação dos equipamentos comunitários e serviços públicos disponíveis próximos à área, com informação de distância e grau de atendimento à demanda;
- tempo e forma de ocupação da área e densidade populacional;
- situação de saneamento da área e condições de saúde da população alvo;
- identificação da população a ser atendida, nos aspectos econômico e social;
- critérios de seleção das famílias beneficiadas no PRÓ-MORADIA, quando for o caso;
- nível de conhecimento da população alvo sobre a intervenção a ser implementada;
- descrição sucinta dos objetivos que se pretende alcançar com a realização do Trabalho Social, priorizando os objetivos relacionados à modalidade de intervenção;
- indicação do Técnico Social do mutuário/proponente responsável pelo projeto;
- identificação da equipe técnica disponível do mutuário/proponente para o desenvolvimento do Trabalho Social;
- definição dos recursos financeiros a serem disponibilizados para implementação do Trabalho Social;
- outras informações julgadas necessárias pelo agente financeiro para análise da viabilidade social do empreendimento.

Cabe ao Técnico Social da CAIXA a emissão de Relatório de Análise de Viabilidade Social com parecer conclusivo.

Considerado o resultado positivo na análise de viabilidade social do empreendimento, o proponente será orientado a apresentar Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS -.

O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

O Trabalho Técnico Social é o conjunto de ações educativas planejadas pelo proponente – Governo Estadual, do Distrito Federal ou Prefeitura Municipal, COHAB'S, Companhias de Saneamento e outras concessionárias de serviços públicos, adequadas à realidade sócio-econômica e cultural da população e às características da área de intervenção, respeitando as diretrizes dos Programas, com o intuito de promover a mobilização e organização comunitária, a educação sanitária e ambiental, a capacitação profissional e/ou geração de trabalho e renda, procurando atender as principais demandas sociais existentes.

Seu objetivo é a criação de mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, bem como incentivar a gestão participativa, garantindo a sustentabilidade do empreendimento.

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

O PTTS - [Modelo II](#) - é o documento que sistematiza a proposta de trabalho, onde devem constar objetivos, metas, ações e atividades a serem desenvolvidas, metodologia, sistemática de registro de resultados de avaliação, indicadores e cronograma de execução e planilhas de custos, elaborado em consonância com os normativos de cada programa.

Apesar das especificidades de cada programa, a elaboração de um projeto é um processo lógico, para comunicar objetivos e resultados esperados e que deve obedecer a procedimentos metodológicos específicos.

A seguir são apresentados, de forma sintética, os principais passos que devem ser seguidos na elaboração do projeto - PTTS.

1º Passo: Diagnóstico

A elaboração de todo PTTS tem início com a realização de um diagnóstico, também chamado de análise situacional, de contexto ou de cenário.

O objetivo do diagnóstico é descrever, analisar, entender a realidade local, social e institucional da área de intervenção, de forma a assegurar conexão entre o plano micro – a comunidade, objeto da intervenção – e o plano macro – Município e Estado. O que se busca nessa etapa é conhecer a realidade externa ao projeto e sua dinâmica interna, criando uma base para avaliação final e possibilitando identificar situações que possam limitar ou potencializar o alcance dos resultados propostos.

A elaboração de um diagnóstico consistente é fundamental, pois além de subsidiar a formulação dos objetivos, metas e justificativa do projeto, constitui o “Marco Zero” em relação ao qual serão realizadas as avaliações de resultados e de impacto.

2º Passo: Estabelecer Objetivos e Metas

Esta etapa consiste na formulação dos objetivos e metas que se pretende atingir. A delimitação, clareza e legitimidade dos objetivos são fundamentais para o êxito de qualquer projeto, pois são eles que irão orientar o planejamento, execução e avaliação das ações.

Um objetivo bem formulado deve ser expresso em linguagem precisa e concisa e quanto à abrangência, podem ser separados em:

- **Objetivo Geral** - expressa, em maior amplitude, o que se pretende alcançar ao final do projeto e que será atingido pela somatória das ações de todos os envolvidos;
- **Objetivos Específicos** - são desdobramentos do objetivo geral e orientam diretamente as ações, expressando os resultados esperados.

Os objetivos do projeto expressam uma intenção a ser alcançada através de uma série de ações e atividades, que devem ser monitoradas e avaliadas. Para que isso aconteça é preciso que cada objetivo se explicita na forma de uma meta.

Meta é a expressão quantitativa/qualitativa e temporal de cada um dos objetivos do projeto, que delimita o quanto, em que tempo as ações e atividades relacionadas a cada um serão implementadas. Cada objetivo específico deve ser expresso por uma meta do projeto.

3º Passo: Estabelecer Indicadores de resultados

Indicadores são meios de verificação, estabelecidos a partir dos objetivos e metas do projeto, que visam demonstrar evolução, avanço e desenvolvimento em relação aos resultados esperados. Buscam medir como e o quanto cada um dos objetivos e metas estabelecidos no projeto foram alcançados. São necessários para acompanhar as ações desenvolvidas e imprescindíveis para avaliação de resultados.

Os indicadores podem ser:

- **Quantitativos:** apoiados em métodos estatísticos e visam medir resultados através da coleta de informações numéricas que podem ser obtidos tanto através do levantamento em fontes secundárias – junto a órgãos oficiais como IBGE, secretarias de Estados, Prefeituras Municipais, etc. – como em fontes primárias – cadastramentos, levantamentos em campo, etc;
- **Qualitativos:** centrados na análise dos processos sociais e dos atores sociais envolvidos, os quais imprimem direção e dinâmica às ações desenvolvidas, utilizando como fontes observações em campo, discussões com os envolvidos, etc.

Cada projeto deve estabelecer seus próprios indicadores quantitativos e qualitativos, desde que os mesmos sejam relacionados aos objetivos e metas e serem comparados com as informações constantes do “MARCO ZERO”.

A matriz, apresentada a seguir, é uma ferramenta útil na etapa de planejamento do projeto, pois possibilita visualizar a relação entre objetivos, metas e indicadores de resultados:

Objetivo Geral (Iniciado por verbos no infinitivo)	Objetivos Específicos (Iniciado por verbos no infinitivo)	Metas (Enunciada através de substantivos)	Indicadores (Exemplos)
Incentivar... Propiciar...	Capacitar...	Capacitação de x pessoas em	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de pessoas capacitadas, ▪ % de aumento da renda familiar, etc.
	Fortalecer...	Fortalecimento do associativismo...	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de reuniões ▪ Constituição de entidades, etc.

4º Passo: Definir a Metodologia

A definição da metodologia engloba as concepções teóricas que nortearão o trabalho e a escolha das ações/atividades e procedimentos necessários para alcançar os resultados desejados.

Os projetos devem adotar metodologias participativas, com a valorização de experiências e vivências do grupo, como base para a reflexão e construção de novos referenciais de convivência e a incorporação de novos conceitos.

Para a constituição da Equipe Técnica deve-se observar os seguintes aspectos à formação dos profissionais, responsabilidade técnica e finalidade da empresa:

- A Equipe Técnica Social deve ser coordenada por profissional com formação em Serviço Social, Sociologia, Psicologia ou Pedagogia e, caso o proponente terceirize os serviços, não fica dispensado da obrigatoriedade de ter em seu quadro um Responsável Técnico pela coordenação e acompanhamento com uma das formações profissionais já mencionadas.
- A assinatura desse profissional deve constar do PPTS, independentemente da terceirização dos serviços.
- A Equipe Técnica Social deve ser em número compatível com o volume e a complexidade do trabalho a ser realizado e constituída por profissionais com formação em Serviço Social, Sociologia, Psicologia ou Pedagogia e experiência comprovada na área de Desenvolvimento Comunitário. A empresa contratada deve ter, preferencialmente, entre suas finalidades o Trabalho Técnico Social junto a comunidades de baixa renda e comprovar capacidade técnica.

5º Passo: Definir Cronograma

O cronograma é a programação das atividades no tempo e a seqüência em que deverão ocorrer. Através dele, o conjunto de ações que devem ser realizadas é organizado de forma lógica e racional para a concretização dos objetivos que se deseja alcançar. Permite identificar as ações ao longo de tempo, estimar a duração de cada uma, a ocorrência de ações simultâneas e a interdependência entre elas.

6º Passo: Levantar Recursos/Custos/ Orçamento

Nesta etapa se explicita todos os recursos necessários para o desenvolvimento do projeto, devendo detalhar, para cada atividade prevista no projeto, os recursos físicos, financeiros e

humanos necessários para seu desenvolvimento, apresentando-os em termos quantitativos e monetário, de forma que passem a se constituir num orçamento do projeto. A consolidação dos recursos e valores necessários à concretização das ações previstas no projeto é realizada através de:

- Descrição pormenorizada de todos os recursos necessários para a realização das atividades:
 - materiais e serviços, agrupados por itens e subítens de despesas, a serem utilizados, de acordo com o plano de trabalho elaborado;
 - recursos humanos necessários à implementação do projeto – número de profissionais, formação e atribuições;

- Elaborar a memória de cálculo, apontando tipo, quantidade e custos dos recursos a serem utilizados:
 - recursos materiais e serviços, apontar a quantidade, preço unitário e total para cada sub-item listado;
 - recursos humanos indicar o valor homem/hora, o total de horas trabalhadas por dia e por mês, o custo mensal e dos encargos sociais de cada profissional elencado.

- Totalizar os valores levantados por item e sub-item.

7º Passo: Elaborar Cronograma Físico-Financeiro

O cronograma físico-financeiro consiste na previsão dos gastos em relação à execução das atividades planejadas para todo o período de execução do projeto. Seu acompanhamento permite comparar o que foi programado com o efetivamente realizado e medir os resultados do trabalho em relação aos recursos aplicados, possibilitando a obtenção de informações relativas ao andamento dos trabalhos e eventuais necessidades de correções, bem como se conhecer a previsão de liberação dos recursos financeiros.

8º Passo: Estabelecer Instrumentos de Sistematização e Registro

Os instrumentos sistematização e registro necessários para o processo de acompanhamento, avaliação e mensuração dos indicadores devem ser definidos antes do início da execução do projeto. Os instrumentos de registro mais comuns são os relatórios, atas de reunião, registros em diários de campo, além de material audiovisual, etc.

9º Passo: Acompanhamento e Avaliação

No PTTS, avaliar é medir a eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas, através da identificação de processos e resultados que demonstrem o alcance dos objetivos ou metas e deve permear todo o processo de planejamento e execução do PTTS.

A eficácia está relacionada ao alcance dos objetivos e metas propostos dentro dos prazos propostos. A eficiência verifica e analisa a relação custo/benefício, ou seja a relação entre a aplicação de recursos (financeiros, materiais e humanos) e os benefícios derivados de seus resultado. A efetividade mede o atendimento das reais demandas sociais e à sua capacidade de alterar as situações encontradas e melhorar a qualidade de vida do público beneficiário, pelo impacto que a intervenção produziu.

A avaliação tem início na fase de planejamento do projeto, com a elaboração do diagnóstico, onde se busca, além de conhecer o contexto anterior à intervenção – o Marco Zero - aferir a viabilidade e exequibilidade das propostas.

Prosegue durante todo o processo de implementação, através do acompanhamento das atividades e processos, com a comparação entre desempenho esperado e realizado, verificando dificultadores e facilitadores, buscando o aprimoramento e otimização das ações.

A avaliação continua após o término das ações previstas, com a avaliação de resultados e de impactos. A avaliação de resultados é realizada ao término das atividades do PTTS, e tem como referência o alcance dos objetivos específicos do projeto. Já a avaliação de impacto tem como referência o objetivo geral do projeto, busca medir mudanças efetivas e duradouras na qualidade de vida dos atores envolvidos, resultantes das ações desenvolvidas e, geralmente, é realizada entre doze e dezoito meses após o encerramento das atividades planejadas.

O acompanhamento dos processos e atividades desenvolvidas ao longo do projeto possibilita o redirecionamento das ações e a avaliação dos resultados para a verificação da eficiência, eficácia e efetividade do projeto, contribuindo para sua sustentabilidade, gerando subsídios para o aperfeiçoamento dos programas e políticas.

ETAPAS DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NOS PROGRAMAS OPERACIONALIZADOS PELA CAIXA

Nos programas de Desenvolvimento Urbano operacionalizados pela CAIXA o Trabalho Técnico Social é um componente obrigatório e deve ocorrer em sincronia com a realização das obras físicas e apresenta algumas especificidades, tanto no que se refere à formatação do projeto como em seu acompanhamento e avaliação.

O Trabalho Técnico Social a ser desenvolvido deverá ter um enfoque multidisciplinar, fundamentando-se nos princípios de participação comunitária, sustentabilidade dos empreendimentos e preservação ambiental.

Embora o Trabalho Técnico Social seja um processo, para fins didáticos pode ser pensado em três etapas: planejamento, implementação e avaliação.

Planejamento

O planejamento corresponde a fase de elaboração do PTTS, que deve ocorrer no período que antecede a execução do empreendimento. Compreende a elaboração do diagnóstico da área, a caracterização da população beneficiária, a formulação dos objetivos e metas ao planejamento das atividades do projeto: definição da metodologia, sistemática de documentação e registro, formas de acompanhamento e avaliação, elaboração de orçamento e cronograma.

O quadro, apresentado a seguir, aponta informações necessárias para a elaboração do diagnóstico, que irão subsidiar a justificativa, definição de objetivos, atividades e metodologia.

Aspecto	Informações
<p>Caracterização da Área de Intervenção e Entorno</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caracterização de aspectos sociais, econômicos, físicos e urbanísticos; ▪ Descrição da situação de saneamento - água, luz, esgotamento sanitário, lixo - e acesso a outros serviços públicos; ▪ Existência de equipamentos comunitários e serviços públicos (escolas, postos de saúde, quadras, igrejas etc.) disponíveis na área e no entorno, informando distância e grau de atendimento à demanda; ▪ Tempo e a forma de ocupação da área; ▪ Tipo de habitação predominante – tipo, material construtivo, estágio construtivo, etc.; ▪ Existência de situações de risco na área e tipo de risco - enchentes, alagamentos, deslizamentos, desmoronamentos, erosões, lixões e insalubridade.
<p>Caracterização da Organização Comunitária</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar as bases associativas formais e não formais; ▪ Identificar as lideranças locais; ▪ Identificar as entidades governamentais e não governamentais presentes na área, caracterizadas por tipo e forma de atuação (Projetos Sociais existentes);
<p>Caracterização da População Beneficiária</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Levantar o perfil da população beneficiária (sexo, faixa etária, escolaridade, composição familiar, estado civil, procedência, tempo de residência na área, ocupação, renda, potencial produtivo, etc.); ▪ Estabelecer os critérios de seleção dos beneficiários, se exigido pelo programa; ▪ Cadastrar as famílias beneficiárias, se necessário.

Nos programas com repasses de recursos do OGU E FGTS estão previstos três eixos básicos de atuação: apoio à mobilização e organização comunitária, geração de trabalho e renda e/ou capacitação profissional e educação sanitária e ambiental. Além desses, nas modalidades que envolvam a retirada de crianças e jovens do trabalho no lixo devem ser previstas ações para a sua inserção social e de suas famílias.

Os objetivos e metas estabelecidos para o projeto devem estar em consonância com os objetivos de cada programa, com a modalidade de intervenção e com os eixos de atuação previstos, considerando as características e interesses da população a ser beneficiada.

Estes objetivos se desdobram em uma série de atividades. O quadro a seguir apresenta algumas possibilidades de ações que podem ser desenvolvidas e/ou adaptadas à realidade local e as diretrizes do programa/modalidade em desenvolvimento.

Eixos	Ações
<p>Mobilização e Organização Comunitárias</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formar comissões de acompanhamento de obras; ▪ Formar ou fortalecer a Associação de Moradores; ▪ Promover cursos de capacitação de lideranças; ▪ Criar ou fortalecer grupos representativos; ▪ Definir regras de convivência coletiva; ▪ Preparar a comunidade para o recebimento das benfeitorias (unidades habitacionais, unidades sanitárias, equipamentos comunitários, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, etc.); ▪ Organizar entidades representativas/associativas; ▪ Formar condomínios; ▪ Prestar assessoria técnica a mutirão/auto-construção, sendo que no caso de mutirão deve ser apresentado o regulamento específico; ▪ Formar agentes multiplicadores; ▪ Promover eventos de natureza cultural, pedagógica e recreativa de interesse da comunidade; ▪ Criar canais permanentes de comunicação entre a comunidade e o poder público; ▪ Desenvolver programas sociais voltados para mulher e seus dependentes ▪ Promover articulação com as instituições públicas e/ou privadas que atuam ou possam vir a atuar na área, objetivando a identificação de ações conjuntas ▪ Promover atividades que preparem a comunidade para assumir o gerenciamento e manutenção do empreendimento após o término das obras.
<p>Educação Sanitária, Ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover cursos, palestras, reuniões, seminários temáticos (higiene, saúde, saneamento básico, controle de vetores, recursos hídricos, preservação ambiental, lixo, etc.); ▪ Promover campanhas, gincanas e mutirões de limpeza; ▪ Desenvolver programa de coleta de lixo (acondicionamento/coleta/tratamento); Divulgar/executar atividades educativas de apoio às ações de saneamento (doenças causadas por veiculação hídrica, manipulação inadequada de alimentos, higiene pessoal e doméstica, etc.), bem como proporcionar à comunidade outras formas de acesso à informação; ▪ Elaborar e distribuir material educativo de orientação e manutenção das obras (utilização adequada dos equipamentos hídrico-sanitários domésticos, limpeza de caixa d'água, manutenção de redes de esgotos e distribuição de água, coleta seletiva de lixo, manutenção de fossa/filtro etc.), bem como proporcionar à comunidade outras formas de acesso à informação; ▪ Promover oficinas de jardinagem, produção de mudas e cultivo de hortas; ▪ Promover campanhas de arborização e jardinagem; ▪ Capacitar lideranças comunitárias para formação de multiplicadores
<p>Capacitação Profissional e Geração de Renda.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Levantar o perfil produtivo da comunidade e da área; ▪ Desenvolver programa de capacitação de mão-de-obra, incluindo a feminina; ▪ Estabelecer parcerias para desenvolvimento de cursos de capacitação profissional, a partir das potencialidades dos beneficiários e das demandas locais; ▪ Assessorar a formação de grupos associativos e cooperativas de produção e serviços.

Os recursos necessários para execução das ações previstas no PTTS devem ser detalhados e guardar compatibilidade com o cronograma de atividades, podendo ser compostos pelos seguintes itens:

- material de consumo;
- serviços de terceiros;
- despesas com transporte/locomoção, sendo vedada a manutenção e/ou compra de veículos, inclusive por meio de leasing;
- despesas com alimentação e hospedagem da Equipe Técnica Social, desde que haja necessidade de pernoite;
- despesas com investimentos, desde que essenciais ao desenvolvimento dos trabalhos;
- custos com eventos e/ou atividades comunitárias ou geradoras de trabalho e renda, relacionadas às ações programadas para o alcance dos objetivos propostos.
- salários dos integrantes da Equipe Técnica, com especificação da carga horária destinada à execução do projeto e o valor da hora trabalhada por profissional, sendo vedado o pagamento de qualquer espécie de remuneração adicional aos técnicos e servidores pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura.
- é vedado o pagamento de qualquer espécie de remuneração a servidor que pertença aos quadros da administração pública Federal, Estadual ou Municipal.

Os recursos previstos nos programas Morar Melhor, Infra-Estrutura Urbana, Saneamento e Vida e Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos com recursos do OGU para realização do Trabalho Técnico Social estão limitados a **R\$ 200,00** por família e poderão ser oriundos dos valores de repasse da União e/ou da contrapartida do proponente. Qualquer valor que exceda este limite deverá ser de responsabilidade da Prefeitura, contabilizado como contrapartida adicional, não fazendo parte do investimento.

No Programa Pró-Moradia (recursos FGTS) a remuneração para o Trabalho Técnico Social limita-se ao valor máximo de **R\$ 200,00** (duzentos reais) por família nas modalidades Urbanização de áreas e Produção de conjuntos habitacionais e de **R\$ 160,00** (cento e sessenta reais) por família nas demais modalidades.

No Programa Pró-Saneamento (recursos FGTS) a remuneração para o Trabalho Técnico Social limita-se ao valor máximo de até **R\$ 22,00** (vinte e dois reais) “per capita” na modalidade PROSANEAR.

Deve-se considerar os valores máximo ‘per capita’ de **R\$ 110,00** e **R\$ 154,00** para água e esgoto, respectivamente.

O cronograma de desembolso tem como base os custos previstos para o projeto, devendo ser compatível com o prazo de execução do Trabalho Técnico Social e com o cronograma físico-financeiro da execução do empreendimento.

Para o acompanhamento e avaliação dos resultados dos projetos é necessário também que se definam indicadores de acompanhamento e avaliação, estabelecidos a partir dos objetivos e metas do projeto. Tais indicadores visam acompanhar as ações desenvolvidas e demonstrar a consecução dos resultados.

Recomenda-se que a escolha do conjunto de indicadores contemple todas as dimensões trabalhadas na sua implementação. Esta seleção deverá levar em conta os objetivos e metas propostos, atividades planejadas e a disponibilidade de informações.

O quadro, a seguir, apresenta um rol de indicadores que podem ser utilizados para avaliar resultados de projetos. Os indicadores estão agrupados por Eixos, relacionados às ações a serem desenvolvidas.

Eixo	Módulo	Indicador
Habitabilidade	Moradia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Domicílios rústicos e improvisados ▪ Famílias em situação de coabitação ▪ Comprometimento da renda familiar com aluguel
	Acesso à Infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Domicílios ligados à rede de água ▪ Domicílios com solução adequada de esgoto ▪ Domicílios ligados à rede elétrica ▪ Domicílios com coleta regular de lixo ▪ Existência de transporte público a 500m
	Acesso ao lazer	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de equipamento público de lazer na área
	Acesso à propriedade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Domicílios em situação irregular ▪ Permanência de famílias beneficiadas na moradia
	Risco Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presença de fatores de risco na área (quais)
Equidade	Pobreza	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Famílias com renda média familiar de até 3 s.m. ▪ Famílias com renda média per capita inferior a 0,5 s.m. ▪ Famílias chefiadas por mulheres ▪ Taxa de desemprego ▪ Trabalhadores informais ▪ Menores de 16 anos trabalhando
	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mortalidade infantil ▪ Incidência de doenças de veiculação hídrica ▪ Incidência de doenças transmitidas por vetores ▪ Incidência de doenças respiratórias
	Educação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de analfabetismo ▪ População de mais de 15 anos com menos de 3 anos de escolaridade ▪ População com 1º grau completo
Direito à infância	Acesso à escola	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crianças fora da escola ▪ Matrículas no ensino fundamental ▪ Taxa de evasão ▪ Taxa de retenção ▪ Desenvolvimento de atividades extra-escolares
Geração de Trabalho e Renda	Capacitação Profissional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cursos oferecidos ▪ Total de pessoas capacitadas ▪ % de conclusão
	Empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação de grupos associativos ou cooperativas ▪ Incremento % da renda familiar dos capacitados
Organização Comunitária	Associativismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quantidade de organizações formais e informais na área ▪ Taxa de participação ▪ Existência de iniciativas voltadas ao bem estar da comunidade ▪ Presença de entidades governamentais e não governamentais
	Atuação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parcerias firmadas ▪ Total de eventos promovidos nos últimos 12 meses
Gestão de Resíduos Sólidos	Destinação Adequada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Total de resíduos gerados - kg/ano por habitante ▪ Domicílios com coleta regular ▪ Acondicionamento adequado ▪ Presença de lixo em áreas públicas
	Coleta Seletiva	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de coleta seletiva oficial ▪ Domicílios atendidos pela coleta seletiva ▪ Separação domiciliar - % domicílios ▪ Existência de iniciativas comunitárias para coleta seletiva ▪ Inclusão de catadores na coleta seletiva ▪ Existência de associações/cooperativas de catadores
Segurança no Trânsito	Mortalidade e Morbidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Total de pessoas feridas em decorrência de acidentes no trânsito ▪ Total de óbitos em decorrência de acidentes no trânsito

Uma vez definido o escopo do Trabalho Técnico Social deve ser viabilizada a manifestação dos beneficiários sobre o empreendimento. Para tanto deve ser promovida reunião, à qual também deve estar presente, sempre que possível, representante da equipe multidisciplinar da CAIXA com objetivo de:

- apresentar as intervenções contempladas pelo empreendimento - projetos físico e social - para discussão com a comunidade;
- esclarecer os direitos e deveres que competem a cada agente do processo (Proponentes e Beneficiários);
- apresentar as ações do Trabalho Técnico Social, a partir do diagnóstico, para discussão com a comunidade e construção do cronograma de atividades;
- Coletar assinaturas no Termo de Adesão, quando necessário.

Ao final dessa etapa o PTTS deverá ser consolidado, incorporando, sempre que possível, as contribuições dos beneficiários e deverá ser apresentado à CAIXA o PTTS, elaborado conforme Modelo II

Implementação

Nesta etapa serão desenvolvidas as atividades do PTTS previstas no cronograma de execução do PTTS. Enquanto estiverem acontecendo as atividades do Trabalho Técnico Social, a CAIXA acompanha, através do Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, elaborados pelo proponente/agente executor, conforme [Modelo III](#) com os respectivos registros das atividades desenvolvidas.

Importante salientar que o proponente deverá apresentar à CAIXA, junto ao relatório de acompanhamento, a discriminação das despesas de execução do PTTS, através do formulário Relação de Solicitação/Comprovação de Pagamentos para que ocorra a liberação de recursos destinados ao Trabalho Técnico Social, em Modelo fornecido pela CAIXA.

Neste formulário são relacionados os documentos referentes a todas as despesas efetuadas para fins de solicitação de recursos e/ou identificação dos pagamentos realizados.

Os comprovantes de pagamento deverão ser mantidos junto à Prefeitura para eventuais solicitações de comprovação por parte do Tribunal de Contas.

Avaliação

A Avaliação é um procedimento que deve ocorrer em todas as etapas do projeto, permitindo desta forma o monitoramento das atividades e o redirecionamento das ações quando necessário.

Ao final das atividades previstas no PTTS deverá ser encaminhado à CAIXA o Relatório de Avaliação Final do Trabalho Técnico Social, conforme [Modelo IV](#). Este relatório deve ser acompanhado do registro fotográfico da situação das famílias após a intervenção.

Nessa etapa poderão ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- realizar pesquisa de opinião para avaliação do grau de satisfação dos beneficiários quanto aos bens e serviços implantados;
- assessorar a comunidade na adaptação das regras de convivência coletiva por ela estabelecida;

- avaliar os resultados decorrentes da intervenção, com base na mensuração dos indicadores pré-definidos.

Em alguns programas, por exigência do gestor ou por sugestão da CAIXA, deverá ser aplicada ferramenta de Avaliação de Impacto Social.

DOCUMENTAÇÃO

Toda documentação deverá ser encaminhada em papel timbrado, devidamente rubricado e assinada pelo Técnico Social responsável pela execução do PTTS do proponente/executor.

Documentação Inicial

Deverão ser apresentados à CAIXA os seguintes documentos:

- [Proposta Preliminar para Análise de Viabilidade Social](#) (quando solicitado pela CAIXA)
- [Projeto Técnico do Trabalho Técnico Social](#);
- Cópia do contrato de prestação de serviços, quando a execução de PTTS for terceirizado.
- Currículo do Profissional responsável pela implementação do PTTS, especialmente com referência a experiências similares;
- Relação dos Beneficiados, quando exigido pelo programa.

Também podem ser apresentados:

- Fotos das condições de habitabilidade atuais da população beneficiada preferencialmente com indicação das famílias;
- Fotos da área de intervenção;
- No caso de atendimento em Unidades Isoladas, apresentar planta de localização (croqui) das mesmas;
- Outros documentos relacionados.

Documentação de Acompanhamento

- [Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social](#), que deverão ser encaminhados no período de execução da obra, preferencialmente com a documentação de engenharia (medição da obra). Tais relatórios deverão ser acompanhados também dos documentos de sistematização utilizados no desenvolvimento das ações, tais como: folders, cartilhas, fotos, filmagens, atas das reuniões com a relação dos presentes e assinatura dos participantes, relatórios das decisões encaminhadas e assuntos discutidos nas reuniões, relato das dinâmicas de grupo aplicadas, entre outros;
- [Relatório Final do Trabalho Técnico Social](#), que deverá ser apresentado após o término do PTTS, com o objetivo de avaliar a intervenção e o grau de satisfação da comunidade com o projeto implementado;

RECOMENDAÇÕES

- O planejamento das ações a serem desenvolvidas deve ser estruturado a partir dos interesses da comunidade, de acordo com a modalidade de intervenção e em consonância com o estágio de desenvolvimento da obra.
- Para que sejam evitadas superposições de atividades e/ou ações pontuais, o responsável técnico do PTTS deverá integrar a Equipe de Coordenação do Programa. A proposta de trabalho técnico social poderá estar inserida ou complementar possíveis ações já em andamento.
- Os projetos devem, preferencialmente, partir dos pressupostos da AGENDA HABITAT - “moradia adequada para todos e desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos” incorporando em suas diretrizes e objetivos os seguintes elementos:
 - inclusão social;
 - questões de gênero;
 - respeito aos valores e à cultura local;
 - busca do resgate dos valores étnicos;
 - maximização de recursos;
 - valorização do potencial produtivo da comunidade beneficiária;
 - respeito ao meio ambiente;
 - busca de parcerias;
 - interdisciplinaridade;
 - valorização do processo investigativo, e
 - reconhecimento da comunidade como sujeito ativo, propiciando sua participação em todas as etapas do processo.
- Observar questões éticas, normativas e legais, como a elaboração, assinatura dos documentos técnicos e execução referente ao PTTS, que deve ocorrer sob a responsabilidade técnica de profissional habilitado em serviço social, sociologia, pedagogia ou psicologia.
- O Técnico Social deve estar participando da equipe técnica, desde a etapa de concepção do projeto, na definição de prioridades pela população a ser beneficiada.
- Se houver troca de Técnico Social durante o desenvolvimento do projeto, deverá ser encaminhada à CAIXA, correspondência informando o nome e a formação acadêmica do novo profissional, anexando seu currículo.
- No decorrer do projeto, caso haja alterações, há necessidade de apresentação de novo cronograma de atividades, acompanhado de justificativa.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

(Complementar com os dados da GIDUR/REDUR)

Orientações sobre o PTTS

Eventuais dúvidas em relação ao Trabalho Técnico Social poderão ser dirimidas junto às equipes da Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano ou Representações Regionais.

Equipe GIDUR/XX – **Xxxxxxx**:

Fax : (XX) XXX-XXXX

E-mail : gidurxx@caixa.gov.br

Xxxxxxxxx XXXXXX Supervisor
XXXXXXXX XXXXXX Técnico Social

Telefone: (XX) XXX-XXXX

Telefone: (XX) XXX-XXXX

Equipe REDUR/XX- Xxxxxxxxx

Fax: (XX) XXX-XXXX

E-mail: redurxx@caixa.gov.br

Xxxxxxxxx XXXXXX Supervisor
XXXXXXXX XXXXXX Técnico Social

Telefone: (XX) XXX-XXXX

Telefone: (XX) XXX-XXXX

Consultas sobre os Programas

Informações sobre os Programas podem ser obtidas na “Cartilha de Orientações Técnico-Operacionais” disponibilizada pela CAIXA à Prefeitura, bem como nos sites abaixo:

www.caixa.gov.br

<http://www.presidencia.gov.br/>

Modelos de Documentos

Para facilitar o preenchimento de formulários, necessários à tramitação dos projetos, a CAIXA dispõe de Modelos dos principais documentos, que podem ser disponibilizados em meio magnético (disquetes), solicitados via e-mail para o endereço gidurxx@caixa.gov.br

FONTES CONSULTADAS

- SA 008.07 – Caixa Econômica Federal – Programa Morar Melhor, Brasília, 2003.
- SA 010.06 – Caixa Econômica Federal – Programa Infra-Estrutura Urbana, Brasília, 2003.
- SA 015.07– Caixa Econômica Federal – Desembolso de Recursos – FGTS, 2004
- SA 017.08 –Caixa Econômica Federal -Programa de Saneamento - PRÓ-SANEAMENTO – Brasília, 2003.
- SA 018.07 – Caixa Econômica Federal – Programa de Atendimento Habitacional através do poder público - PRÓ-MORADIA , Brasília, 2003.
- SA 020.07 – Caixa Econômica Federal - Contratação de Operação FGTS - Brasília, 2004.
- SA 029.02 – Caixa Econômica Federal – Programa Saneamento é Vida, Brasília, 2003.
- SA 030.02 – Caixa Econômica Federal – Programa de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, Brasília, 2003.
- SA 031.03 – Caixa Econômica Federal - OGU - Contratação e autorização para início da execução do objeto, Brasília, 2004.
- AE 034.08 -- Social - Atividades Técnicas Sociais no Segmento de Desenvolvimento, Brasília, 2002
- Manual de Fomento – Setor Público – DIFUG/GEAVO-Versão 3.8 – Vigência 10.10.03
- TR 001/2001. Programa Morar Melhor - Ação Urbanização, GIDUR João Pessoa, 2001.
- TR 002/2001. Programa Morar Melhor - Ação Produção de Moradias, GIDUR João Pessoa, 2001.
- TR 003/2001. Programa Morar Melhor - Ação Saneamento Básico, GIDUR João Pessoa, 2001.
- TR 004/2001. Programa Infra-Estrutura Urbana – PRÓ-INFRA, GIDUR João Pessoa, 2001.
- Cartilha do Trabalho Técnico Social 2000, GIDUR Florianópolis, 2000.
- Orientações para Elaboração do Projeto Social - OGU 2000, GIDUR Campo Grande, 2000.
- Caderno de Orientações - OGU 2001, GIDUR Porto Alegre, 2002.
- Programa Infra-Estrutura Urbana, Sistemática 2002
- Saneamento é Vida, Sistemática 2002.
- Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, Sistemática 2002

FICHA TÉCNICA

Título: Caderno de Orientação Técnica Social - COTS

Assunto: Orientações para elaboração de projetos sociais em programas de Desenvolvimento Urbano com recursos do OGU e FGTS

Coordenação: Gerência de Normas e Padrões de Engenharia e Trabalho Técnico Social

Técnicos Sociais: Eny Therezinha da Motta Amadeu, José Mauricio Andrade, Maria Célia Moreira Bagatini.

Colaboração: Patrícia de Senna Britto, Josiane Irigoyen Camejo, Khatya Denise Muller da Costa Mitke e Rosa Maria Carlos e Silva

Empresa: CAIXA – DIDUP/GEPAD

Brasília, março/2004

ANEXOS

Modelo I

PROPOSTA PRELIMINAR PARA ANÁLISE DE VIABILIDADE SOCIAL

PROGRAMA: PRÓ-MORADIA PRÓ-SANEAMENTO **MODALIDADE:**

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Município(caracterização sucinta):
Proponente/Agente Promotor:
Área Gestora do Trabalho Social (Secretaria, Diretoria, Coordenação, Companhia de Habitação ou Saneamento, com identificação do nome do responsável):
Equipe Técnica Social disponível para o projeto: (número, formação, qualificação e experiência):
Nome e formação do Responsável Técnico pelo Projeto Social:
Outros projetos sociais na área de intervenção:

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Nome:	Local:
Objetivo do Empreendimento (físico e social):	
Forma de Produção:	

TIPO DE INTERVENÇÃO

Descrever o tipo de intervenção (habitação, melhorias, equipamentos comunitários, etc):
Razões da priorização da área e da alternativa de intervenção:
Informar se a solução proposta é a mais adequada à realidade local. Justificar:

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

ÁREA DE ORIGEM

Tempo, forma, origem e situação de ocupação/condição atual de moradia/material construtivo/condições sanitárias e ambientais/ predominante:
Tipos de situação de risco:
Características do entorno:
Infra-estrutura existente e % atendimento(água, luz, esgoto, coleta de lixo, pavimentação...):
Equipamentos Comunitários e grau de atendimento à demanda da população da área de intervenção:
Informar se está estabilizada ou em expansão (em caso de estabilização se foi feito o “congelamento da área” de que forma e que estratégias estão sendo utilizadas para evitar o ingresso de novas famílias, inclusive se há participação da comunidade):
Providências com relação às áreas desocupadas (em caso de reassentamento):

Área Receptora (em casos de reassentamento)

Local do Reassentamento:
Número de famílias a serem reassentadas:
Infra-estrutura existente na área e grau de atendimento à demanda:
Equipamentos Comunitários (os existentes e os previstos no projetos com grau de atendimento à demanda):
Justificativa para o reassentamento:
Condições de habitabilidade em relação à condição original:

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO (indicar fonte/data)	
N.º de famílias:	N.º de habitantes:
N.º e % de famílias beneficiárias (separar por tipo de intervenção - habitação, melhoria habitacional, unidade sanitária, fossa/filtro anaeróbio, ligação intradomiciliar etc.)	
Critérios de seleção (no caso do Programa PRÓ-MORADIA):	
N.º de famílias em situação de risco:	
Doenças mais frequentes, especialmente as de veiculação hídrica:	
Índice e causas mais frequentes da mortalidade infantil :	
Percentual de mulheres chefe da família:	
Renda familiar por faixa (até 1 SM, 1 a 2 SM...):	
Outros dados sobre a comunidade disponíveis no cadastro do mutuário/proponente julgados relevantes para análise (ex: escolaridade, ocupação, etc)	
CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	
Organizações comunitárias formais e informais e grau de representação perante à comunidade:	
Número de entidades lideradas por mulheres:	
Número e percentual de lideranças comunitárias residem na área:	
Entidades governamentais ou não governamentais presentes na área e os respectivos projetos desenvolvidos na comunidade:	
Informar o grau de conhecimento da população em relação ao projeto inclusive se há demanda formalizada junto ao mutuário/proponente:	
Forma de adesão prevista (termo individual, coletivo, contrato...):	
Informar se está prevista a contrapartida da população beneficiária e de que forma (financeira, mão de obra):	
Informar a participação dos beneficiários na manutenção dos equipamentos comunitários quando previstos:	
Outras informações:	
PROPOSTA PRELIMINAR PARA O TRABALHO SOCIAL	
Especificar as estratégias de ações referentes à:	
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	
EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL	
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL/GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	
Custo total do projeto de trabalho social :	
Custo por família beneficiária:	
Local e Data:	
Assinatura do Técnico Social Responsável Carimbo e Registro Profissional	

Modelo II

PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

Timbre da Proponente (Prefeitura, quando o proponente for o poder municipal)

1 IDENTIFICAÇÃO

Programa:	Ação/Modalidade:	
Empreendimento:	Município:	UF:
Executor:		
Tel.:	e-m@il:	
Responsável Técnico:	Formação:	
Tel.:	e-m@il:	
Valor do Trabalho Técnico Social: R\$	Repasse: R\$	CP: R\$
Prazo do Trabalho Técnico Social:	Prazo de Obras:	
Nº famílias beneficiárias:		

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Nome	Formação Acadêmica	Atribuição na Equipe	Número de Horas Semanais	Vínculo Empregatício

CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO, DO ENTORNO E DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

Objetivo da execução física <i>(Descrever o objeto do contrato (construção de moradias, execução de rede de esgoto, de água, ações de infraestrutura, equipamentos comunitários...))</i>
Características da área <i>(localização geográfica, aspectos ambientais, físicos e urbanísticos, forma e tempo de ocupação e densidade populacional, características das habitações, etc.)</i>
Área de Reassentamento: apenas quando houver esse tipo de ação <i>(localização geográfica, aspectos ambientais, dominiais, físicos e urbanísticos, forma e tempo de ocupação e outras)</i>
Infra-estrutura <i>(Descrever a situação existente na área e % de atendimento -água, iluminação pública, pavimentação esgotamento sanitário, coleta de lixo, transporte, etc.)</i>
Equipamentos comunitários e capacidade de atendimento <i>(Identificar os equipamentos comunitários e serviços públicos disponíveis na área e no entorno, informando distância, formas de acesso e grau de atendimento à demanda)</i>

Caracterização da Organização Comunitária Local
(Identificar as organizações governamentais e ONG's que atuam na área e no entorno, informando, grau de atendimento à demanda, programas e projetos realizados por essas organizações.)

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA

Nº habitantes:	Beneficiários Diretos	Beneficiários Indiretos
<i>(Características sócio-econômicas da população beneficiada, condições sanitárias, doenças mais freqüentes, índices e causas da mortalidade infantil, outras variáveis consideradas importantes para esta caracterização)</i>		

CARACTERIZAÇÃO DOS CATADORES

(apenas para PROGEST e quando a intervenção prever a inclusão social dos catadores e/ou inserção de jovens e crianças)

Total de catadores:	Total de Catadores no Lixão	Total de Catadores nas ruas
Famílias Residindo no Lixão	Crianças residindo no lixão	Total de Crianças trabalhando na catação
<i>(Características sócio-econômicas: escolaridade, capacitação profissional, renda familiar e % da renda familiar decorrente da coleta de sucata, crianças e jovens fora da escola, outras informações relevantes para caracterizar este grupo)</i>		

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E TERMO DE ADESÃO DAS FAMÍLIAS

(Somente para os programas que exigem a observância desses itens)

JUSTIFICATIVA

Discorrer brevemente sobre a compatibilidade da modalidade da intervenção com as características da comunidade beneficiária e da área, informar quais os possíveis elos do projeto com outras ações relevantes ou outros programas e projetos realizados no Município, indicar o potencial do projeto para a sustentabilidade e desenvolvimento de lideranças, bem como da participação efetiva da comunidade no processo

OBJETIVOS E AÇÕES PROPOSTAS

(Definição dos objetivos gerais e específicos que se pretende alcançar com o PTTS, relacionar as ações a serem desenvolvidas, considerando a compatibilidade entre objetivos, ações e características da população e da área de intervenção)

METODOLOGIA

(Descrever as etapas do trabalho a ser desenvolvido, os instrumentos e técnicas previstas, bem como documentos de registro e sistematização a serem utilizados, justificando e fundamentando a escolha adotada)

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

(Apontar os Indicadores de acompanhamento, monitoramento e avaliação, a periodicidade, formas e Instrumentos de avaliação)

14 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Item Custos em R\$	Período (meses)											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Recursos Humanos												
Serviço de Terceiros												
Material de Consumo												
Custo com Atividades/ Eventos												
Transporte												
Alimentação/Hospedagem												
Outras (especificar)												
Total												

Local e data: _____ / ____ / ____

Responsável Técnico
Nome e Registro profissional

Representante Legal do Proponente
Nome e Cargo

Modelo III

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

Timbre da Proponente (Prefeitura, quando o proponente for o poder municipal)

1 IDENTIFICAÇÃO

Programa:	Ação/Modalidade:	
Empreendimento:	Município:	UF:
Executor:		
Tel.:	e-m@il:	
Responsável Técnico:	Formação:	
Tel.:	e-m@il:	
Valor do Trabalho Técnico Social: R\$	Repasse: R\$	CP: R\$
Prazo do Trabalho Técnico Social:	Prazo de Obras:	
Nº famílias beneficiárias:		

2 RELATÓRIO/PERÍODO DE REFERÊNCIA

Mês/período	% da Obra
-------------	-----------

3 ATIVIDADES/AÇÕES DESENVOLVIDAS

Descrição das Atividades/Ações	Data	Recursos Utilizados	Parcerias	Participantes		
				Convidados	Presentes	%

3.1 Comentários sobre as atividades descritas

--

4 AÇÕES PREVISTAS E NÃO REALIZADAS

Descrição das Atividades/Ações	Justificativa	Nova data de realização

5 REDIRECIONAMENTO DE AÇÕES

Ação Proposta	Objetivo	Período Previsto

6 AVALIAÇÃO PELA EQUIPE TÉCNICA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Aspectos Facilitadores
Aspectos Dificultadores
Alternativas de Solução

7 AVALIAÇÃO PELA POPULAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A comunidade participou da avaliação dos trabalhos desenvolvidos? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se sim, qual (s) instrumento (s) de avaliação utilizado (s)? Entrevista <input type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Reunião de avaliação <input type="checkbox"/> Outros: _____ Resultado da Avaliação:

8 DESPESAS NO PERÍODO

CUSTOS COM RECURSOS MATERIAIS E SERVIÇOS								
Discriminação:		Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Repasse	Valor Contrapartida		
Material de Consumo								
Transporte								
Custo com Atividades/ Eventos								
Serviço de Terceiros								
Outras despesas(especificar)								
					Sub-Total			
					Total (repasse + contrapartida)			
CUSTOS COM RECURSOS HUMANOS								
Profissional Formação	Período	Valor homem /hora	N.º horas/dia	Dia/ mês	Valor Mensal R\$	Encargos Sociais R\$	Valor Repasse	Valor Contrapartida
					Sub-Total			
					Total (repasse + contrapartida)			
					TOTAL GERAL			
					(Recursos materiais e serviços + Recursos humanos)			

Local e data: _____ / ____ / ____

Responsável Técnico
Nome e Registro profissional

Representante Legal do Proponente
Nome e Cargo

Modelo IV

RELATÓRIO FINAL DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

Timbre da Proponente (Prefeitura, quando o proponente for o poder municipal)

1 IDENTIFICAÇÃO

Programa:	Ação/Modalidade:	
Empreendimento:	Município:	UF:
Executor:		
Tel.:	e-m@il:	
Responsável Técnico:	Formação:	
Tel.:	e-m@il:	
Valor do Trabalho Técnico Social: R\$	Repasse: R\$	CP: R\$
Prazo do Trabalho Técnico Social:	Prazo de Obras:	
Nº famílias beneficiárias:		

2 POPULAÇÃO BENEFICIADA

	Nº de famílias	Nº pessoas beneficiadas:	Renda média familiar (em Salário Mínimo)
Prevista			
Atendida			

3 ATIVIDADES/AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DO ÚLTIMO RELATÓRIO PARCIAL ATÉ O PRESENTE

Descrição das Atividades/Ações	Data	Recursos Utilizados	Parcerias	Participantes		
				Convidados	Presentes	%

4 AÇÕES PREVISTAS E NÃO REALIZADAS A PARTIR DO ÚLTIMO RELATÓRIO PARCIAL ATÉ O PRESENTE

Descrição das Atividades/Ações	Justificativa

5 PROCESSO

Descrever como se deu a participação da comunidade, das organizações e instituições envolvidas no projetos, indicar se houve integração com outros projetos e quais; apontar os problemas enfrentados, soluções encontradas e quais continuam sem solução; informar se houve integração entre a execução do PTTS e as obras.

6 RESULTADOS ALCANÇADOS

Apontar até que ponto os objetivos foram cumpridos, como foram mensurados os resultados e os indicadores utilizados.

7 AVALIAÇÃO PELA POPULAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A comunidade participou da avaliação dos trabalhos desenvolvidos? Sim Não
Se sim, qual (s) instrumento (s) de avaliação utilizado (s)?
Entrevista Pesquisa Reunião de avaliação Outros: _____
Resultado da Avaliação:

8 RECURSOS

Indicar se o total de recursos destinados ao PTTS foram suficientes e utilizados de maneira adequada e eficaz

9 SUSTENTABILIDADE

Descrever como se alcançou a integração entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais; se a comunidade esta mobilizada e organizada para dar continuidade ao trabalho após a saída da equipe técnica social e se serão desenvolvidos novos projetos na área pela comunidade

10 PARCERIAS

Descrever como se alcançou a integração entre parceiros, resultados, continuidade, etc.

11 LIÇÕES APRENDIDAS

Descrever três ou quatro lições aprendidas durante o desenvolvimento do projeto e como as mesmas estão sendo incorporadas a novos projetos

12 TRANSFERÊNCIA

Com base nas lições aprendidas, indicar o que se deve recomendar a outros agentes para reproduzir a experiência, comentando se outros agentes envolvidos aprenderam com essa experiência

13 DESPESAS NO PERÍODO

CUSTOS COM RECURSOS MATERIAIS E SERVIÇOS									
Discriminação:		Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Repasse	Valor CP			
Material de Consumo									
Transporte									
Custo com Atividades/ Eventos									
Serviço de Terceiros									
Outras despesas(especificar)									
Sub-Total									
Total (repasse + contrapartida)									
CUSTOS COM RECURSOS HUMANOS									
Profissional	Formação	Período	Valor homem /hora	N.º horas/ dia	Dia/ mês	Valor Mensal R\$	Encargos Sociais R\$	Valor Repasse	Valor CP
Sub-Total									
Total (repasse + contrapartida)									
TOTAL GERAL									
(Recursos materiais e serviços + Recursos humanos)									

Local e data: _____ / ____ / ____

Responsável Técnico
Nome e Registro profissional

Representante Legal do Proponente
Nome e Cargo